



PERFIL URBANO NACIONAL REPÚBLICA DE CABO VERDE

Setembro de 2013



Direitos Autorais © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), 2013

Todos os direitos reservados

As publicações do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos das Nações Unidas podem ser obtidas no seguinte endereço:

Escritórios Regionais e de Informação ou diretamente:

Caixa Postal 30030, GPO 00100 Nairobi, Quênia.

Fax: + (254 20) 762 4266/7

E-mail: unhabitat@unhabitat.org

Website: <http://www.unhabitat.org>

Este projecto foi preparado e gerido pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, DGOTDU do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, de Cabo Verde em Parceria com o Escritório Local do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONUHABITAT, no quadro do Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde.

O presente Perfil Urbano foi coordenado, a nível do país pela Empresa de Estudos Afrosondagem e pelos Especialistas da DGOTDU.

A equipa de Gestão do Programa PSUP foi composta por Janice Helena Da Silva, Coordenadora da ONU-HABITAT para Cabo Verde; Kerstin Sommer – Responsável Global do PSUP e Mathias Spaliviero, Conselheiro Regional, ONUHABITAT

REPÚBLICA DE CABO VERDE: PERFIL URBANO NACIONAL DE CABO VERDE

HS Number: HS/021/14P

ISBN Number (Series): 978-92-1-132023-7

ISBN Number (Volume): 978-92-1-132610-9

Renúncias de Responsabilidades

A designação empregada bem como a apresentação do material contido nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites, ou ainda, sobre o seu sistema económico ou grau de desenvolvimento. A análise, conclusões e recomendações do presente relatório não reflectem necessariamente os pontos de vista do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Conselho de Administração da ONU-Habitat ou seus Estados-Membros. Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. As opiniões aqui expressas, não podem, de forma alguma, ser consideradas ser a opinião oficial da União Europeia. Fragmentos desta publicação podem ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte.

Edição (Cláudio Furtado, Consultor Nacional PSUP)

Desenho e Layout: Matthieu Sublet, ONUHABITAT

Paginação: Jaime Silva

Arte Work: Mick Silves

Créditos das fotos: © MAHOT, ONU-HABITAT

PERFIL URBANO NACIONAL REPÚBLICA DE CABO VERDE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO DIRECTOR EXECUTIVO	5
PREFÁCIO DO MINISTRO	6
INTRODUÇÃO GERAL	7
INTRODUÇÃO	11
GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO	17
ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIRROS INFORMAIS	20
SERVIÇOS URBANOS DE BASE	23
SEGURANÇA PÚBLICA NOS CENTROS URBANOS	30
AMBIENTE E RISCOS URBANOS	31
QUADRO DO GÉNERO	33
VIH/SIDA	35
ANÁLISE SWOT	38

ÍNDICE DOS QUADROS

Assunto	Página
Taxa de urbanização por concelhos	14
Nível de ensino da população (3 anos ou mais) por meio de residência concelho e percentagem	25
Rácio de médico e enfermeiros por 10.000 habitantes em 2010	26
Camas por estrutura de saúde no ano 2000	27
Evolução de infecção VIH-SIDA 2001-2010	35

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Assunto	Página
Alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água por concelhos	23
Alojamentos com sistema de evacuação de águas residuais por concelho	23
Alojamentos com instalação sanitária por concelho	24
Alojamentos com electricidade por concelho	25
Agregados familiares que utilizam o gás e a lenha por concelho	25
Evolução da infecção VIH-SIDA e óbitos 2001-2010	36
Casos notificados VIH por idade e por género em 2010	36

ÍNDICE DAS FIGURAS

Assunto	Página
Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago	13
Ruínas de Sé Catedral	13
Plateau, Centro Histórico da cidade da Praia	14
Malha urbana da Cidade dos Espargos	14
Malha urbana da Cidade de Nova Sintra - Brava	15
Cidade da Praia – construções espontâneas juntos das linhas de água	16
Cidade da Praia construções espontâneas na periferia	16
Residência de material precário – cidade de Espargos - alto de São João	16
Aeroporto Internacional da Praia	17
Edifício Câmara Municipal da Praia	18
Edifício Câmara Municipal da Brava	18
Assembleia Nacional de Cabo Verde	19
II Fórum Nacional das Cidades	20

Bela Vista cidade da Praia	21
Casa de Lata São Vicente	21
Habitação precária Ilha do Sal	22
Espargos Ilha do sal	23
Achada Grande Trás Ilha de Santiago	23
Educação para a Cidadania Territorial e Urbana	23
Chafariz Ribeira da Barca	24
Hospita Regional de santiago Norte	26
Construções no leito da Ribeira	32
Construções nas encostas	32
Cidade do Porto Inglês Ilha do Maio	33
Actividade comercial Cidade de Santiago	34

PREFÁCIO DO DIRECTOR EXECUTIVO



De acordo com a pesquisa publicada no maior relatório da ONU-Habitat, O Estado das Cidades do Mundo 2010-2011, todas as regiões em desenvolvimento, incluindo as da África, Caraíbas e Pacífico, terão mais pessoas a viver em áreas urbanas do que nas áreas rurais até o ano 2030. Com

a metade da população do mundo já a viver nas áreas urbanas, são assustadores os desafios que enfrentamos na luta contra a pobreza urbana, na nossa busca por cidades sem assentamentos informais, cidades onde as mulheres se sentem mais seguras, cidades inclusivas com energia, água e saneamento, e transporte acessível, cidades melhor planeadas, mais limpas e mais verdes. Mas como mostra esta série, há muitas soluções interessantes e melhores práticas para a qual podemos recorrer. Afinal, os números dizem-nos que durante a década de 2000 a 2010, um total de 227 milhões de pessoas, nos países em desenvolvimento, saiu de condições de moradores dos assentamentos informais. Em outras palavras, os governos, cidades e instituições parceiras, colectivamente, superaram a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no que toca aos assentamentos informais, duas vezes e 10 anos à frente do prazo acordado de 2020. A Ásia e o Pacífico estiveram na vanguarda dos esforços bem-sucedidos para alcançar a mesma meta, com todos os governos da região melhorando a vida de cerca de 172 milhões de moradores dos assentamentos informais entre 2000 e 2010.

Na África subsaariana, porém, a proporção total da população urbana vivendo em assentamentos informais diminuiu apenas 5 por cento (ou seja 17 milhões de pessoas).

O Gana, Senegal, Uganda e Ruanda foram os países mais bem sucedidos na sub-região, reduzindo as proporções de moradores de assentamentos informais, até mais de um quinto na última década.

Cerca de 13 por cento do progresso feito em direcção à meta mundial sobre os assentamentos informais ocorreu na América Latina e no Caribe, onde estima-se que 30 milhões de pessoas saíram de condições de moradores dos assentamentos informais, desde o ano 2000.

No entanto, a ONU-Habitat estima em confirmar que os progressos realizados, para a meta dos assentamentos informais, não têm sido suficientes para conter a expansão demográfica em assentamentos informais no mundo em desenvolvimento. Neste sentido, os esforços para reduzir o número de moradores dos bairros de

assentamentos informais não são satisfatórios nem adequados.

Como parte dos nossos esforços para resolver esta crise, a ONU-Habitat está a trabalhar com a Comissão Europeia e o Secretariado para a África, Caraíbas e Pacífico (ACP), sediado em Bruxelas, visando apoiar o desenvolvimento urbano sustentável. Dadas as necessidades urgentes e diversificadas, achamos necessário desenvolver uma ferramenta para uma rápida avaliação e planeamento estratégico de forma a orientar as intervenções imediatas, de médio e longo prazo. E aqui nós temos isso na forma desta série de publicações. O Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais (Participatory Slum Upgrading Programme) é baseado no diálogo político entre a ONU-Habitat, o Secretariado ACP e a Comissão Europeia, que remonta ao ano 2002. Quando as três partes se reuniram na sede da ONU-Habitat, em Junho de 2009, mais de 200 delegados de mais de 50 países aprovaram uma chamada retumbante à comunidade internacional para prestar maior atenção a estas questões de urbanização, e para entender o programa de urbanização dos assentamentos informais para todos os países do Grupo ACP.

Vale a pena lembrar aqui como somos gratos ao nono Fundo de Desenvolvimento da Comissão Europeia aos países ACP disponibilizando 4 milhões de euros (5.7 milhões de dólares no câmbio de Junho de 2011) para permitir à ONU-Habitat a realização do programa, que hoje atende a 59 cidades em 23 países africanos, e mais de 20 cidades em seis países do Pacífico, e quatro países do Caribe. Na verdade, desde a sua criação em 2008, o programa de urbanização dos assentamentos informais alcançou a confiança de parceiros a nível de cidade e país na África, no Caribe e no Pacífico. Ele está a dar uma grande contribuição destinada a apoiar os esforços de redução da pobreza urbana, como cada relatório desta série nos mostra. Eu gostaria de expressar a minha gratidão à Comissão Europeia e ao Secretariado ACP pelo seu compromisso com este programa de urbanização dos assentamentos informais. Eu tenho toda a confiança de que os resultados descritos neste perfil, e noutros, servirá para orientar o desenvolvimento de respostas, capacitação e investimentos no sector urbano.

Além disso, eu gostaria de agradecer a cada Equipa País pelo seu contínuo apoio neste processo, que é essencial para o sucesso da implementação do Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais.

Dr. Joan Clos

Sub Secretário Geral das Nações Unidas
Director Executivo da ONU-Habitat

PREFÁCIO DO MINISTRO



O Governo de Cabo Verde assumiu a melhoria do planeamento e gestão territorial e o empoderamento das cidades como um dos pilares de boa governação e melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos e tem apostado, juntamente com os governos municipais, na

prossecução destes objectivos.

Com a aplicação de Lei nº 77/VII/2010, Cabo Verde passou a contar com 24 cidades, tendo o Censo de 2010 apurado que 62% da sua população passou a ser urbana. Esta nova realidade impõe ao país novos desafios relacionados com a necessidade de criar condições para que a população urbana viva com mais dignidade e tenha acesso aos serviços, infra-estruturas e equipamentos necessários à qualidade de vida e a um desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável.

Um dos grandes desafios que se impõe actualmente ao Estado é conhecer bem as cidades e os centros urbanos, para poder agir com eficiência na solução dos seus principais problemas, desenvolvendo uma capacidade proactiva de antecipação do fenómeno de crescimento urbano.

Visando conhecer a situação actual das cidades cabo-verdianas, o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT) em parceria com a ONU-Habitat, promoveu a elaboração dos respectivos perfis urbanos. O documento faz um diagnóstico e aponta as forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças de cada uma das cidades do país.

O crescimento urbano, sem infra-estruturas e equipamentos, a carência de solos urbanos adequados, elevados custos de construção, especulação fundiária, construções inacabadas, construção clandestina, ocupação de áreas de risco, carência de áreas verdes e espaços comunitários, bem como a degradação da paisagem urbana, são constrangimentos que afligem a realidade urbana cabo-verdiana.

Para reverter este quadro, num horizonte de curto a médio prazo, o Governo e os parceiros vêm implementando estratégias de aproveitamento das capacidades e potencialidades das cidades.

Nos últimos anos, o Governo tem promovido reformas no quadro legal e implementado programas para a melhoria da gestão dos solos. O Decreto-Lei nº 15/2011, de 21 de Fevereiro, que regula o Estatuto das Cidades, prevê, no seu artigo 16º, a "instituição de um Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades (PNDUCC) que propõe um conjunto de eixos estratégicos, com vista a reduzir os problemas e constrangimentos com os quais as nossas cidades se deparam. Esse programa visa melhorar o desempenho dos centros urbanos, enquanto espaços de geração de oportunidades económicas, sociais e culturais, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Um dos principais eixos do programa é o reforço das capacidades e cidadania territorial que visa essencialmente promover a cidadania territorial, a gestão democrática e capacitar os agentes territoriais nos domínios do desenvolvimento urbano.

O MAHOT assume o enorme desafio, que será a implementação do PNDUCC em estreita parceria com o Poder Local e os sectores económicos com impactos no território e propõe reforçar o diálogo e a articulação para uma intervenção concertada e harmoniosa sobre o território.

É neste contexto que se enquadra a publicação do presente perfil urbano de Cabo Verde.

Dr. Emanuel Antero Garcia da Veiga

Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território

RESUMO EXECUTIVO

OBJECTIVOS DO ESTUDO

A elaboração do presente documento – Perfil Urbano Nacional de Cabo Verde inscreve-se no quadro das acções desencadeadas pelo Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território – MAHOT e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU – HABITAT no âmbito do PSUP.

O PSUP (Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais), financiado pela Comissão Europeia aos Países ACP, constitui um processo participativo de levantamento de necessidades e das lacunas em termos de capacidades institucionais de Cidades, Municípios e Concelhos dos países recobertos por esse programa. Presentemente, o PSUP está sendo implementado em 20 países africanos, de entre os quais se encontra Cabo Verde. O PSUP utiliza uma abordagem estruturada em que as intervenções prioritárias são consensualizadas através de um processo consultivo

Estes estudos foram feitos através da avaliação das necessidades e dos mecanismos de resposta no quadro de uma contribuição aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (OMD) e orientam-se para a sustentabilidade das actividades promotoras do desenvolvimento urbano, incluindo o reforço das capacidades, a defesa dos interesses dos cidadãos e a gestão dos saberes locais, assim como a realização das actividades operacionais na perspectiva dos objectivos preconizados.

O objectivo geral é permitir uma integração espacial e territorial multisectorial e uma colaboração intersectorial na análise das questões urbanas assim como na concepção das intervenções que estão em curso.

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CABO VERDE

Descobertas por marinheiros portugueses por volta de 1460, as ilhas de Cabo Verde constituem um pequeno Estado arquipelágico, localizado a 500 quilómetros ao poente da cidade de Dakar no Senegal. O seu povoamento teve início pela ocupação da ilha de Santiago em 1462, seguindo a ilha do Fogo nos finais do século XV. A rede urbana no século XVI em Cabo Verde era formada pela cidade da Ribeira Grande de Santiago e pelas vilas portuárias da Praia de Santa Maria na ilha de Santiago e São Filipe na ilha do Fogo.

Com a decadência da cidade de Ribeira Grande, a administração foi mudada para a vila da Praia de Santa Maria em 1769. Até aos meados do século XX, o povoamento do arquipélago passou a ser essencialmente rural. Entretanto, nos meados do século XIX, com a emergência da navegação a carvão e o povoamento da ilha de São Vicente, surgiu a cidade do Mindelo desempenhando importante função de escala de navegação internacional tendo reivindicado a capitalidade do arquipélago.

A rede urbana era constituída pelas cidades da Praia, do Mindelo e de São Filipe desempenhando funções diferentes, por vezes complementares, mas quase sempre conflituosas pelos interesses das classes dominantes das respectivas ilhas.

No último quartel do século XX, a urbanização em Cabo Verde sofreu profundas alterações motivadas por novas dinâmicas territoriais, redistribuição da população pelas ilhas, mobilização dentro das ilhas e mudança das funções dos antigos centros urbanos e emergência de mais centros urbanos. A grande seca iniciada nos finais da década de sessenta provocou um abandono em massa do espaço rural, emigração para o estrangeiro, mas também para os centros urbanos e semi-urbanos, provocando um crescimento explosivo a partir do início da década de setenta.

Do ponto de vista administrativo, Cabo Verde divide-se actualmente em 22 concelhos, que se subdividem em freguesias e estas em povoados ou bairros. A Cidade da Praia é a Capital do país. Com a Lei n.º 77/VII/2010 que estabelece o regime da divisão, designação e determinação das categorias administrativas das povoações, de 23 de Agosto de 2010, em vigor a partir de 3 de Setembro de 2010, Cabo Verde deixou de ter 6 cidades para passar a ter 24 cidades, pois as sedes dos Municípios ganharam estatuto de cidades. Aproximadamente um quarto da população está concentrado na cidade da Praia. Todavia, a partir dos anos noventa do século passado, assiste-se, embora de forma ainda muito ténue, a um progressivo crescimento dos centros secundários (os de dimensão média), como sejam: Vila da Preguiça na ilha do Sal, Cidade de Pedra Badejo, no Concelho de Santa Cruz, Cidade de Assomada, no Concelho de Santa Catarina, Cidade de Porto Novo e Cidade de São Filipe

Com a independência, a cidade da Praia teve um crescimento muito rápido tanto no quadro demográfico como na extensão do seu território, albergando actualmente cerca de 27% da população residente em Cabo Verde. Se em relação à população o crescimento tem sido constante, no que concerne ao território, tem-se registado uma diminuição considerável do mesmo. Em 1993, através do Decreto-Lei nº 96/IV/93 de 31 de Dezembro, duas freguesias a norte, a de Nossa Senhora da Luz e de São Nicolau Tolentino foram separadas para constituir o Concelho de São Domingos. Em 2005, através do Decreto-Lei nº 63/VI/2005, de 9 de Maio, mais duas freguesias a oeste, a do Santíssimo nome de Jesus e a do São João Baptista foram separadas para constituir o Concelho de Ribeira Grande de Santiago.

As cidades funcionam como lugares centrais que albergam os principais serviços, o abastecimento de bens e equipamentos importados, trocas comerciais e venda de produtos agrícolas, numa estreita interdependência com as suas áreas de influência. A população flutuante cria uma animação nos bares, restaurantes e uso dos equipamentos urbanos diversos.

No ano de 2010 a população urbana correspondia a 61,8% dos residentes no arquipélago e a população rural correspondia 38,2%. No entanto, esta taxa era variável de acordo com as ilhas e municípios do país, tendo os concelhos de forte tradição agrícola como os do interior da ilha de Santiago, da ilha do Fogo, da ilha Brava e da região nordeste de Santo Antão uma taxa de urbanização inferior a 25%.

Nos grandes centros urbanos são típicos os bairros informais sem equipamentos urbanos, com residências precárias, dominadas por construções inacabadas de blocos de cimento, ocupação de vertentes instáveis e leitos das ribeiras.

GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Em Cabo Verde, a gestão urbana é da responsabilidade das respectivas Câmaras Municipais eleitas por um período de 4 anos, sendo o poder local constituído pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal (artigo 234º da Constituição da República). Além dos órgãos políticos de poder local, contribuem na promoção das cidades as associações de bairros, associações comunitárias de desenvolvimento local e ONGs. Geralmente, essas organizações da sociedade civil trabalham em parceria com o Governo Central e as autarquias locais. No entanto, a gestão das cidades exige uma grande participação do Governo Central que constrói as grandes infra-estruturas e equipamentos urbanos, como a produção de água dessalinizada, a rede de esgotos, energia e telecomunicações, rede viária, equipamentos hospitalares e educativos.

Os Municípios têm finanças e património próprios, cuja gestão compete aos respectivos órgãos autárquicos no âmbito da autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, no actual quadro institucional, a mobilização de recursos para a governação urbana é da competência do Governo Central e das autarquias.

ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIROS INFORMAIS

A expansão urbana, o êxodo rural iniciado na década de setenta do século XX e as migrações internas tiveram efeito no crescimento das cidades em Cabo Verde. No entanto, este aumento rápido da população das cidades não foi acompanhado de uma política habitacional completamente eficaz.

Esta situação fez surgir os bairros periféricos, principalmente nas cidades de maior concentração demográfica, como Praia e Mindelo, e, recentemente, nas cidades de Espargos na ilha do Sal e Sal Rei na ilha da Boa Vista, ambos associados à emergência do turismo. Os residentes destes bairros possuem rendimento baixo e variável, situação que não permite a construção de casas com as mínimas condições de habitabilidade. São casas semiacabadas ou feitas de materiais precários, onde, muitas vezes, falta a ligação à rede pública de abastecimento de água, esgotos e electricidade.

Assim, um dos grandes problemas dos bairros informais é a incidência da pobreza, em grande parte associada à elevada taxa de desemprego. Como consequência surgem nestes bairros situação de uso de álcool e droga, delinquência e violência.

A melhoria dos bairros informais pressupõe uma união de esforços entre vários sectores da sociedade cabo-verdiana já que, muitas vezes, esses bairros estão associados às classes de menores recursos.

O Governo Central e as autarquias são os responsáveis pela mobilização de recursos para a governação urbana, assim com o programa “Casa Para Todos” prevê-se a construção de 8250 casas em todos os municípios do país, principalmente nas cidades com maiores carências de habitação, casos da Praia, Mindelo, Sal e Boa Vista. As organizações femininas como a OMCV e a MORABI, nos seus programas de apoio às mulheres, têm construído casas para as mulheres chefes de família e as associações comunitárias têm promovido a melhoria de habitação das populações vulneráveis.

SEGURANÇA URBANA EM CABO VERDE

O aumento da população nas cidades de Cabo Verde fez aumentar também a criminalidade. Neste contexto, a segurança urbana é, actualmente, uma das grandes preocupações. Assim, as cidades mais pequenas são as mais seguras, enquanto nas cidades de maior dimensão, como Praia e Mindelo, a insegurança está a alcançar grandes dimensões.

No quadro da legislação nacional, a segurança das cidades é garantida pela Polícia Nacional que possui um comando nacional na Praia, comandos regionais em Santo Antão, São Vicente, Sal, Praia, Santa Catarina (ilha de Santiago) e Fogo (para os concelhos do Fogo e para a ilha Brava) e esquadras em todos os concelhos. Há um serviço de bombeiros em quase todas as cidades e os serviços de protecção civil, com sede na Praia, conseguem cobrir todo o país.

SERVIÇOS URBANOS DE BASE NAS CIDADES DE CABO VERDE

A carência das infraestruturas e equipamentos urbanos constitui o maior estrangulamento dos centros urbanos em Cabo Verde, com maior incidência nos bairros informais nos grandes centros urbanos como a Praia e o Mindelo e ilhas de turismo emergente, casos do Sal e da Boa Vista. No entanto, tem havido notáveis melhorias nos últimos anos em relação ao abastecimento de água e energia eléctrica ao domicílio, persistindo, no entanto, problemas sérios no âmbito da regularidade de fornecimento e qualidade dos serviços.

Em Cabo Verde, 54% das casas estão ligadas à rede pública de abastecimento de água, existindo, no entanto, grandes assimetrias entre o espaço rural e os centros urbanos e uma grande diferença entre os municípios e os centros urbanos.

O saneamento básico constitui um grande handicap dos centros urbanos de Cabo Verde. Em 2010, a grande maioria das cidades de Cabo Verde não tinha rede de esgotos, sendo dominante o sistema de fossas sépticas.

A recolha, o tratamento e o acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos são da responsabilidade das respectivas Câmaras Municipais. No entanto, nota-se que persistem ainda dificuldades na recolha, havendo lixo amontoado em alguns centros urbanos, principalmente nos bairros informais.

Com excepção das cidades da Praia e do Mindelo que possuem um vasto território, a maioria das cidades de Cabo Verde são pequenas pelo que dispõem um transporte colectivo interno nas cidades. Geralmente, os municípios possuem um sistema de transporte ligando as várias localidades do concelho, estes transportes são organizados por privados, embora licenciados pelas respectivas Câmaras Municipais. São utilizados pequenos autocarros tipo Hiace e carrinhas de caixa aberta nos concelhos com mais peso rural.

Em 2010 a energia eléctrica chegava a 80% das casas de Cabo Verde, estando as ilhas de Barlavento, sobretudo Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Sal as melhores servidas com uma taxa de cobertura acima da média e, estando os concelhos com menor taxa, no interior de Santiago e no Fogo.

Na confecção de alimentos, o gás butano constitui a principal fonte de energia na maioria das casas em Cabo Verde, cobrindo 70% das habitações no arquipélago.

O sistema educativo cabo-verdiano abrange o ensino básico de seis anos e o secundário também de seis anos, ambos divididos em três fases, com cobertura de todo o território nacional. A nível do secundário existe pelo menos um estabelecimento em cada município. Em relação ao ensino superior depara-se com uma centralização das ofertas na Praia, no Mindelo e, mais recentemente, na Assomada.

A rede de serviços de saúde é constituída por dois hospitais centrais, localizados respectivamente nas cidades da Praia e do Mindelo; 3 Hospitais regionais - no Fogo, na Ribeira Grande em Santo Antão e em Santiago Norte na cidade de Assomada; 30 centros de saúde, em todas as sedes de municípios; 34 postos de saúde, 114 unidades sanitárias de base e 5 centros de saúde reprodutiva.

A rede de telecomunicações apresenta uma boa cobertura nacional tanto no espaço rural como no espaço urbano, existindo actualmente duas companhias que prestam serviço ao nível do telemóvel e da internet via telemóvel e uma na rede fixa.

Em relação a espaços verdes nota-se uma certa carência causada pela falta de água, elevada evapotranspiração e por razões de ordem cultural.

AMBIENTE E RISCOS URBANOS NAS CIDADES DE CABO VERDE

Em Cabo Verde, há sempre a possibilidade de catástrofes ligadas a construções em terrenos não apropriados, à seca, às inundações provocadas pelas chuvas torrenciais, à passagem de ciclones e às pragas. No caso da ilha do Fogo é de considerar também os riscos associados à erupção vulcânica, tendo em consideração a recente actividade vulcânica. No entanto, todas as Câmaras Municipais têm um pelouro responsável pelo saneamento e pela qualidade do ambiente, que responde pelo quadro do ambiente urbano em toda a cidade.

O Ministério do Ambiente e o Ministério de Saúde possuem delegações em todos os concelhos que devem zelar pela qualidade do ambiente natural e social da comunidade e o Serviço Nacional de Protecção Civil, sediado na cidade da Praia, zela pela protecção civil em todo o território nacional.

A ANSA (Agência Nacional de Segurança Alimentar) é a instituição responsável pelo controle da importação de alimentos, garantindo uma reserva para casos de emergência.

QUADRO DO GÉNERO NOS CENTROS URBANOS DE CABO VERDE

Em Cabo Verde, a diferença entre agregados familiares chefiados por homens e por mulheres é pequena, embora em alguns concelhos seja bem marcante. No ano 2010, 51,9% dos agregados eram chefiados por homens e 48,1% por mulheres. Na ilha de Santiago em todos os concelhos, à excepção de Praia e São Domingos, há maior percentagem de agregados chefiados por mulheres. Nas restantes ilhas ocorre o inverso.

Não existem medidas discriminatórias entre homens e mulheres no acesso ao ensino, ao emprego ou a qualquer outra actividade social, política ou económica e a promoção da igualdade do género constitui uma preocupação política em Cabo Verde, tanto no espaço rural como urbano. Contudo, ainda persistem importantes desigualdades baseadas do género, seja no acesso ao emprego, seja na ocupação de cargos políticos (eleitos e nomeados), bem como situações de violência baseada no género.

No quadro institucional, o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Género tem a tarefa de desenvolver acções viradas para a promoção da condição feminina, mas sobretudo através da comunicação, informação e sensibilização e apoio em casos concretos.

QUADRO DO VIH/SIDA NOS CENTROS URBANOS DE CABO VERDE

Em Cabo Verde, em termos jurídico-legais não existe atitude discriminatória em relação a pessoas vivendo com VIH/SIDA no acesso ao emprego, à residência ou ao ensino. No entanto, em termos efectivos não existem estudos de natureza socio-antropológica sobre a questão. Deve-se sublinhar, como acontece em outros países, que as pessoas vivendo com o VIH-SIDA são socialmente estigmatizados o que indicia a existência de preconceitos.

Nesta base, a interferência do VIH/SIDA no acesso à habitação seria indirecta através da incidência da pobreza e as outras consequências derivadas do quadro de VIH/SIDA, nomeadamente na degradação das condições de vida familiar.

No ano 2010, houve para todo o país mais 411 casos notificados de VIH, sendo 223 femininos e 176 masculinos, tendo a cidade da Praia registado o maior número (154).

Neste mesmo ano registaram-se 65 óbitos, com um a taxa de mortalidade de 15,2 por 1000 habitantes.

Com vista a uma melhor coordenação, e tendo em conta a complexidade do combate ao VIH-SIDA, foi criado um Comité de Coordenação do Combate à SIDA (CCS-SIDA) e o Estado tem assumido a responsabilidade na mobilização de recursos para a resposta ao VIH-SIDA no âmbito nacional.

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

O presente estudo tem por objectivo traçar um **Perfil do sector urbano da República de Cabo Verde** com a pretensão de *contribuir para o desenvolvimento de políticas de redução da pobreza urbana ao nível nacional em Cabo Verde*.

A elaboração do presente documento – Perfil Urbano Nacional de Cabo Verde inscreve-se no quadro das acções desencadeadas pelo Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território – MAHOT e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU – HABITAT no âmbito do PSUP.

O PSUP (Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais), financiado pela Comissão Europeia aos Países ACP, constitui um processo participativo de levantamento de necessidades e das lacunas em termos de capacidades institucionais de Cidades, Municípios e Concelhos dos países recobertos por esse programa. Presentemente, o PSUP está sendo implementado em 20 países africanos, de entre os quais se encontra Cabo Verde. O PSUP utiliza uma abordagem estruturada em que as intervenções prioritárias são consensualizadas através de um processo consultivo.

Este estudo é feito através da avaliação das necessidades e dos mecanismos de resposta no quadro de uma contribuição aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (OMD). Em termos de medidas de política, elas estão orientadas para a sustentabilidade das actividades promotoras do desenvolvimento urbano, incluindo o reforço das capacidades, a defesa dos interesses dos cidadãos e a gestão dos saberes locais, assim como a realização das actividades operacionais na perspectiva dos objectivos preconizados.

A elaboração do presente estudo está baseada nos Termos de Referência (TDR) “*standards*” do **Perfil do Sector Urbano** desenvolvido pela **Comissão Europeia** (CE) e já foram utilizados pela ONU-Habitat em outros países. Convém destacar que o estudo é promovido, como já referenciado, no quadro de uma parceria entre a ONU-Habitat e o Governo de Cabo Verde, através do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. Os estudos regionais e que incidiram em cerca de 21 centros urbanos foram complementados por este estudo de âmbito nacional abrangendo o quadro da situação urbana no território nacional. Esta combinação, perfil regional e perfil nacional, tem em vista o aperfeiçoamento do **Perfil Urbano Nacional** a ser realizado em Cabo Verde, à semelhança de outros países com a identificação das insuficiências e os domínios de intervenção prioritários.

O objectivo geral é permitir uma integração espacial e territorial multisectorial e uma colaboração intersectorial na análise das questões urbanas assim como na concepção das intervenções que estão em curso. No presente estudo, as análises foram feitas tendo em conta uma dimensão regional/local onde as orientações nacionais serão utilizadas para conduzir as tendências e recomendações regionais para a redução da pobreza urbana em Cabo Verde. No tratamento das questões da gestão urbana regional e de redução da pobreza foram abordados os seguintes temas/categorias de análise prioritários:

- 1 - Governação urbana e desenvolvimento económico;
- 2 - Alojamento e condições de vida nos bairros informais;
- 3 - Segurança urbana;
- 4 - Serviços urbanos de base;
- 5 - Ambiente e riscos urbanos;
- 6 - Género e;
- 7 - VIH/Sida.

ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA E ETAPAS DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA PSUP

Em termos metodológicos, o estudo do **Perfil do Sector Urbano** enquadra-se numa abordagem em três fases, ou etapas de execução do projecto PSUP:

A primeira fase - consistiu na elaboração de um quadro de condições de vida nas cidades à escala nacional. Nesta perspectiva, o estudo do **Perfil do Sector Urbano**, foi efectuado para a capital do país e para as cidades sedes dos municípios. As cidades foram seleccionadas de modo a proporcionar uma boa representação da situação urbana no país. No processo de análise foram desenvolvidos sete grandes temas: Governação urbana e o desenvolvimento económico local; Alojamento e condições de vida nos bairros informais; Segurança urbana; Serviços urbanos de base; Ambiente e riscos urbanos; Género e VIH/SIDA.

As informações foram obtidas através da discussão com os actores chave e instituições locais. Uma vez analisados os dados recolhidos junto das comunidades, foi possível a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (método SWOT) que determinam o desenvolvimento das cidades ao nível local e do País. As conclusões da primeira fase foram apresentadas em consulta pública ao nível nacional, afim de eventualmente serem revistas e modificadas. Um consenso foi obtido entre os diferentes actores engajados no processo a fim de destacarem as prioridades para as futuras intervenções.

A **segunda fase** será implementada com base nas prioridades identificadas na primeira fase, e após um estudo da viabilidade e na instalação de um programa de formação para os quadros da administração e a selecção dos projectos de investimentos prioritários.

A terceira fase consistirá na execução dos projectos identificados nas duas fases precedentes. Mas constitui factor essencial a atribuição de meios que permitem aos países envolvidos trabalharem de forma autónoma no desenvolvimento das suas cidades. Esta autonomia será possível através da instalação de um quadro institucional sólido.

O presente relatório faz referência às cidades de Cabo Verde. No estudo do **Perfil do Sector Urbano de Cabo Verde** vai-se fazer uma interligação entre as cidades, cada uma com as suas características próprias, mas funcionando numa sinergia territorial, política, económica e sociocultural.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESPAÇO URBANO EM CABO VERDE

EVOLUÇÃO URBANA EM CABO VERDE

COLONIZAÇÃO E GÉNESE DA URBANIZAÇÃO EM CABO VERDE.

Cabo Verde é um pequeno Estado arquipelágico, localizado a 500 quilómetros ao poente da cidade de Dakar no Senegal. O arquipélago é formado por 10 ilhas e vários ilhéus, cobrindo uma área emersa de 4033 Km², localizadas entre as seguintes coordenadas geográficas: os paralelos - 14°48'N e 17° 12'N, e os meridianos - 22° 44'W e 25° 22'W.

As ilhas de Cabo Verde foram descobertas pelos marinheiros portugueses por volta de 1460, durante a “expansão europeia” e a conquista das terras tropicais pelos estados ibéricos. O povoamento teve início pela ocupação da ilha de Santiago em 1462, seguindo-se-lhe a ilha do Fogo nos finais do século XV. Os moradores foram constituídos por comerciantes e navegadores vindos de Portugal e Espanha aos quais se adicionaram escravos negros trazidos da vizinha costa africana. Localizado próximo da costa africana, numa zona favorável à circulação no atlântico médio, rapidamente a ilha de Santiago se transformou numa importante escala de navegação e trocas comerciais entre a África, a Europa e as Américas. Neste quadro, o porto da Ribeira Grande de Santiago se tornou a primeira cidade de origem europeia ao sul do Trópico de Câncer, sendo elevada à categoria de cidade e sede do bispado em 1533. Deste modo, a rede urbana no século XVI em Cabo Verde era formada pela cidade da Ribeira Grande de Santiago e pelas vilas portuárias da Praia de Santa Maria na ilha de Santiago e São Filipe na ilha do Fogo.



Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago

A partir dos finais do século XVI e durante os séculos XVII e XVIII a rota comercial foi desviada da cidade portuária da Ribeira Grande de Santiago, levando à decadência da cidade portuária e de todo o sistema urbano no arquipélago. Em contrapartida, assistiu-se ao povoamento das outras ilhas e à dispersão da população pelas terras rurais num processo que podemos denominar de ruralização. A cidade portuária da Ribeira Grande entrou em ruínas, sendo a administração mudada para a vila da Praia de Santa Maria em 1769.



Ruínas da Sé Catedral, Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago

Até aos meados do século XX, o povoamento do arquipélago passou a ser essencialmente rural. Entretanto, em meados do século XIX, com a emergência da navegação a carvão e o povoamento da ilha de São Vicente, surgiu a cidade do Mindelo desempenhando importante função de escala de navegação internacional tendo reivindicado a capitalidade do arquipélago. A vila da Praia de Santa Maria foi elevada à categoria de cidade em 1858, mantendo a função de capitalidade, mas na prática ficou limitada a uma cidade política e administrativa, uma vez que as funções comerciais, portuárias e educativas tiveram mais importância na cidade do Mindelo até aos finais do último quartel do século XX.

Nos meados do século XX, o povoamento do arquipélago era essencialmente rural, a rede urbana era constituída pelas cidades da Praia, Mindelo e São Filipe, esta última na ilha do Fogo. Mas, as cidades desempenhavam funções diferentes, por vezes complementares, mas quase sempre conflituosas pelos interesses das classes dominantes das respectivas ilhas. A cidade da Praia era a capital administrativa e política, o centro das decisões de governação do arquipélago; a cidade do Mindelo era o principal porto de ligação externa, centro comercial e local onde até 1959 albergava o único liceu do arquipélago; a cidade de São Filipe era uma cidade “aristocrática”, moradia de descendentes dos antigos brancos coronéis, senhores de escravos, vivendo dos rendimentos das terras e do comércio, mas dependente de ciclos de secas.



Plateau Centro histórico da Cidade da Praia

O ÊXODO RURAL E EXPANSÃO URBANA NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX

No último quartel do século XX a urbanização em Cabo Verde sofreu profundas alterações motivadas por novas dinâmicas territoriais, redistribuição da população pelas ilhas, mobilização dentro das ilhas e mudança das funções dos antigos centros urbanos e emergência de mais centros urbanos. Efectivamente, a grande seca iniciada nos finais da década de sessenta do século passado provocou um abandono em massa do espaço rural, emigração para o estrangeiro, mas também para os centros urbanos e semi-urbanos, levando a que antigas sedes administrativas dos concelhos como Assomada e Tarrafal na ilha de Santiago, São Filipe na ilha do Fogo, assim como os principais centros urbanos Praia e Mindelo tiveram um crescimento significativo, podendo mesmo ser dito exponencial, a partir do início da década de setenta.

Com a independência em 1975 a cidade da Praia passou a centralizar ainda mais as funções de capitalidade e possuindo já na altura o seu liceu e tinha o porto em processo de modernização, permitindo assumir, na altura, as funções de maior centro comercial e cultural do arquipélago, além das funções políticas e administrativas.

Com a independência, a cidade da Praia teve um crescimento muito rápido tanto no quadro demográfico como na extensão do seu território, mas a modernização foi muito complexa, já que ao mesmo tempo que emergiram sectores industriais e de serviços, cresceram os bairros informais sem quaisquer infra-estruturas e uma grande franja da população ficou à margem dos benefícios que cresceram na cidade.

A centralidade teve talvez o maior impacto no crescimento da cidade da Praia que actualmente alberga mais de 27% da população residente no arquipélago, mas todos os centros urbanos e semi-urbanos do arquipélago cresceram nos últimos vinte e cinco anos, com maior incidência nas ilhas de Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente.

O ESPAÇO URBANO EM CABO VERDE

REDE E HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS CABO VERDE

No ano 2010, a população urbana correspondia a 61,8% dos residentes no arquipélago e a população rural correspondia 38,2%. No entanto, esta taxa era variável de acordo com as ilhas e municípios do País. Os concelhos da Praia, de São Vicente e do Sal apresentam uma taxa de urbanização superior a 90%. Os concelhos de forte tradição agrícola como os do interior da ilha de Santiago, da ilha do Fogo, da ilha Brava e da região nordeste de Santo Antão apresentam uma taxa de urbanização inferior a 25%. Os concelhos de forte tradição na pecuária como a ilha do Maio, ou de grande pendor portuário, como Porto Novo e Tarrafal de São Nicolau, apresentam uma taxa de urbanização intermédia entre os 40% e os 75%. A ilha da Boa Vista registou uma forte urbanização nos últimos anos motivada pela emergência do turismo naquela ilha, chegando a 59% no ano 2010.



Malha Urbana da Cidade de Espargos

Quadro.1

TAXA DE URBANIZAÇÃO POR CONCELHOS

Concelho	Urbano %	Rural %	Total
Cabo Verde	61,8	38,2	100
Ribeira Grande	24,5	75,5	100
Paul	18,1	81,9	100
Porto Novo	52,3	47,7	100
São Vicente	92,6	7,4	100
Ribeira Brava	24,9	75,1	100
Tarrafal de São Nicolau	71,9	28,1	100
Sal	92,5	7,5	100
Boa Vista	59,0	41,0	100
Maio	42,9	57,1	100
Tarrafal de Santiago	33,3	66,7	100
Santa Catarina	27,8	72,2	100
Santa Cruz	35,1	64,9	100
Praia	97,1	2,9	100
São Domingos	18,7	81,3	100
Calheta São Miguel	27,0	73,0	100
S. Salvador do Mundo	16,2	83,8	100
S. Lourenço dos Órgãos	23,0	77,0	100
R. Grande de Santiago	14,6	85,4	100
Mosteiros	37,8	62,2	100
São Filipe	36,6	63,4	100
Santa Catarina do Fogo	12,4	87,6	100
Ilha Brava	18,8	81,2	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística 2011

A dimensão das cidades é muito variável, entre as ilhas e os municípios. A cidade da Praia constitui um caso típico de macrocefalia, albergando mais de 27% da população residente no arquipélago em 2010; segue-se-lhe a cidade do Mindelo na ilha de São Vicente com 16%. Nos outros municípios os centros urbanos são mais modestos, tendo a grande maioria uma população entre os 3000 e os 5000 habitantes. De acordo com a legislação em vigor todas as sedes de municípios foram elevadas à categoria de cidade, como acima mencionado.



Malha Urbana da Cidade de Nova Sintra

ESTRUTURA URBANA – OS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS

A cidade da Praia é a capital da República nos termos do artigo 10º da Constituição de 1992, com a revisão de 2010. A capital é o maior centro urbano do País e, como sublinhado anteriormente, albergava mais de 27% da população residente em 2010. É a capital política, económica e cultural, a sede do governo e de todos os órgãos da soberania. A cidade da Praia teve um grande crescimento nas últimas décadas do século XX, motivado pelo êxodo rural, com proveniência no interior de Santiago e nas outras ilhas, mas também a independência incentivou uma grande migração de quadros técnicos e investimentos económicos que tiveram reflexos no crescimento urbano. Recentemente, tem recebido imigrantes, de forma particular os provenientes da costa africana.

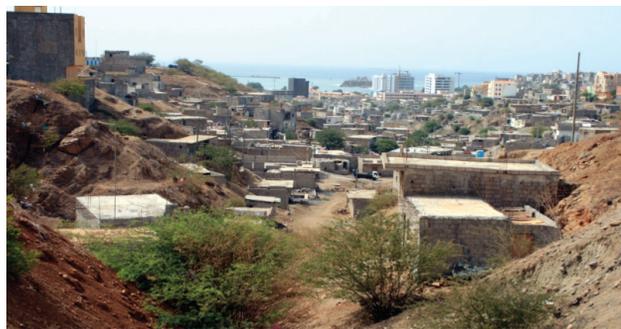
O crescimento urbano acelerado não foi acompanhado pela criação de infra-estruturas e equipamento básicos, nem pela construção de habitações de qualidade para os moradores mais pobres, o que se traduziu numa grande expansão horizontal da cidade, surgimento de bairros periféricos sem nenhum equipamento urbano e com moradias sem mínimas condições de habitabilidade. No início da década de setenta do século XX, a cidade da Praia tinha como característica dominante a pobreza e a carência de equipamentos modernos, sendo que o crescimento dos últimos anos teve reflexos numa considerável melhoria de equipamentos urbanos, mas o seu acesso ficou muito desigual uma vez que foi acentuada a desigualdade entre os bairros, cenário antes desconhecido na cidade da Praia.



Cidade da Praia

Actualmente, a capital apresenta uma grande assimetria entre os bairros, tanto a nível dos rendimentos dos moradores, acesso aos equipamentos e infra-estruturas, abastecimento em serviços urbanos, como de consumo.

A cidade da Praia apresenta um centro histórico, no planalto de Santa Maria da Vitória, hoje dominada pela actividade comercial ocupando as antigas lojas, a praça central, igreja matriz, alguns ministérios, o palácio da justiça e palácio presidencial e, no extremo norte, está localizado o liceu inaugurado em 1960. O Planalto (Plateau) desempenha ainda importante função administrativa, comercial e cultural. Os antigos subúrbios dos anos que antecederam à independência tiveram evolução diferenciada. Alguns bairros evoluíram para uma grande degradação pela via do crescimento de construções informais, como foi o caso de Achada Grande, Lém Ferreira, Paiol, Vila Nova, Achadinha. Os bairros de Achada Santo António e Terra Branca conheceram importantes melhorias com novos equipamentos. No entanto, surgiram bairros novos com evolução oposta, isto é bairros informais e degradados com baixo nível de equipamentos sobretudo a norte e nordeste como Safende, Latada, Alto da Glória; ou bairros com equipamentos modernos como os do Palmarejo e Cidadela.



Cidade da Praia – Construções espontâneas junto das linhas de água a montante do centro administrativo



Cidade da Praia – Construções espontâneas na periferia urbana

A cidade do Mindelo na ilha de São Vicente também teve uma evolução semelhante à cidade da Praia, com o surgimento de grandes discrepâncias entre os bairros e o aumento do fosso entre os bairros dominados pela classe média e os bairros da população mais pobre.

Em Cabo Verde, os bairros informais sem equipamentos urbanos, com residências precárias, dominadas por construções inacabadas de blocos de cimento, ocupação de vertentes instáveis, leitos das ribeiras, são típicos dos grandes centros urbanos da Praia e do Mindelo, mas também com forte tendência ao alastramento nas cidades de Espargos na ilha do Sal e Sal Rei na ilha da Boa Vista.



Residência de material precário – Cidade de Espargos – alto de São João

Nos outros municípios as residências informais são residuais e não existem favelas/bidonvilles ou construções à base de material precário. Mesmo na cidade da Praia, com suas contradições, precariedades e vulnerabilidades, as construções de lata, madeira ou cartão são residuais. Em contrapartida, na cidade de Espargos assiste-se à emergência de construções à base de material precário, caso inédito no arquipélago.

Os grandes centros urbanos apresentam uma zona industrial geralmente instalada nas proximidades dos portos, mas não existe um bairro de operários contíguos às zonas industriais. Todas as cidades são carentes de espaços verdes e equipamentos de uso colectivo, embora existam sempre campos de futebol, geralmente um estádio municipal utilizado por todas as equipas e modalidades desportivas.

FUNCIONAMENTO INTERNO DAS CIDADES

As cidades ainda continuam a desempenhar a função administrativa e comercial com elevado peso político ao nível dos respectivos municípios sendo que apenas as cidades da Praia e do Mindelo assumem um peso de âmbito nacional, quer pelo respectivo passado histórico quer pela conexão às ilhas e municípios vizinhos.

As cidades funcionam como lugares centrais que albergam os principais serviços, o abastecimento de bens e equipamentos importados, trocas comerciais e venda de produtos agrícolas. Os serviços de saúde, educação, principalmente ao nível do ensino secundário, estão centralizados nas sedes dos municípios. As universidades estão centralizadas, na sua grande maioria, nas

cidades da Praia e do Mindelo, onde também estão os hospitais centrais e a maioria das clínicas especializadas e os laboratórios.

As cidades de Cabo Verde funcionam numa estreita interdependência da sua área de influência. A título de exemplo, a cidade da Praia recebe diariamente uma população flutuante de vendedores, compradores e população na busca de serviços políticos e administrativos diversos. A população flutuante cria uma animação nos bares, restaurantes e uso dos equipamentos urbanos diversos.

RELAÇÃO NO ESPAÇO NACIONAL E REGIONAL EXTRA ARQUIPÉLAGO

As cidades desempenham um papel importante na circulação entre as ilhas, sobretudo os grandes centros como a Praia e o Mindelo, que possuem importante função de lugar central no espaço regional, pela relação que mantêm com as ilhas vizinhas. A função portuária e aeroportuária também cria laços de conexão das cidades com o espaço nacional e internacional. As cidades da Praia, Mindelo e Espargos estão conectadas ao exterior tanto pelos respectivos portos de grande curso como pelos aeroportos internacionais. A cidade da Praia está directamente conectada com a Europa, África de Oeste, África Austral, e América através do aeroporto internacional da Praia, num momento que Cabo Verde experimenta o fenómeno de imigração vinda sobretudo da África de Oeste e da Ásia. Mais recentemente, a Ilha da Boa Vista, através de seu aeroporto internacional, também se encontra conectada com o exterior.



Aeroporto Internacional da Praia

GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EM CABO VERDE

CARACTERIZAÇÃO DA GOVERNAÇÃO URBANA EM CABO VERDE

Em Cabo Verde, a gestão urbana é da responsabilidade das respectivas Câmaras Municipais eleitas por um período de 4 anos, sendo o poder local constituído pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal (artigo 234º da Constituição da República). A Câmara Municipal tem um Presidente e um colectivo de Vereadores e constitui o órgão executivo responsável pelo governo local. O número de Vereadores varia de 5 a 11, de acordo com a dimensão demográfica do município. A Assembleia Municipal também é eleita por um período de 4 anos e é o órgão deliberativo e responsável pela fiscalização da Câmara Municipal. O número de Deputados Municipais varia de 11 a 21 em função da dimensão demográfica do concelho.



Edifício da Câmara Municipal da Praia

Para as eleições municipais podem concorrer os partidos políticos e associações políticas de cidadãos residentes, criadas para o efeito.

Além dos órgãos políticos de poder local, contribuem na promoção das cidades as associações de bairros, associações comunitárias de desenvolvimento local e ONGs. Geralmente, essas organizações da sociedade civil trabalham em parceria com o Governo Central e as autarquias locais.



Edifício da Câmara Municipal da Brava

Na actualidade, ainda a gestão das cidades exige uma grande participação do Governo Central que constrói as grandes infra-estruturas e equipamentos urbanos, como a produção de água dessalinizada, a rede de esgotos, energia e telecomunicações, rede viária, equipamentos hospitalares e educativos, etc., com papel importante na evolução e consolidação dos centros urbanos.

A cidade da Praia, enquanto a capital do Estado, nos termos do artigo 10º da Constituição da República e maior centro urbano do país, regista diversas interferências entre o governo central e o governo local na gestão do seu espaço urbano.

De acordo com a “Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza” (DCREP III) a economia de Cabo Verde registou um bom desempenho de 2002 a 2011 apesar da fragilidade e vulnerabilidades. Um dos produtos do crescimento robusto foi o aumento do PIB em valor nominal de cerca de 620.974.807USD em 2002 para 1.648.093.063 em 2010. Isto é uma duplicação em 10 anos.

Os centros urbanos contribuíram decisivamente para esse aumento, uma vez que constituem os maiores centros de decisão tanto no plano político, como económico e cultural. As ilhas com maior dinâmica no sector do turismo, nomeadamente Sal e Boavista, registaram maior crescimento urbano e paralelamente a expansão de bairros informais. A cidade da Praia e do Mindelo como os maiores centros urbanos com maiores concentrações de indústrias e serviços, continuaram a crescer tanto no domínio demográfico como no plano económico.

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNAÇÃO URBANA

No quadro de gestão urbana cruzam a legislação municipal e a central. De acordo com o estatuto dos municípios, as Câmaras Municipais são responsáveis pelo governo das cidades como todo o território do concelho.

Recentemente, o quadro jurídico de gestão e desenvolvimento das cidades foi aprovado pelo Decreto-Lei nº15/2011 de 21 de Fevereiro que regula o **Estatuto das Cidades** e define as orientações da política de capacitação de espaços urbanos em Cabo Verde. Nos termos do artigo 16º deste diploma “*A implementação da política de cidade compete ao departamento Governamental responsável pela área do ordenamento do território, em estreita articulação com os demais departamentos governamentais responsáveis e as autarquias locais*”. O organismo técnico responsável pela política urbana é a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.



Assembleia Nacional de Cabo Verde

A política urbana é implementada segundo uma abordagem descentralizada, em que se destacam os seguintes princípios:

- a) Iniciativa local;
- b) Procedimento concursal;
- c) Programação estratégica;
- d) Parceria e contratualização.

Convém destacar que o Estatuto das Cidades surgiu na sequência de uma renovação do quadro institucional nos domínios do ambiente, ordenamento do território, gestão das terras e cadastro, normatizados, nomeadamente, através do Decreto-Legislativo nº1/2006 e 13 de Fevereiro e a sua actualização pelo Decreto-Legislativo nº 6/2010 de 21 de Junho que estabelece as Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico, do Decreto-Lei nº43/2010 de 27 de Setembro que aprova o Regulamento Nacional de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU) que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Enquanto instrumentos específicos da política de cidades são adoptados os seguintes programas operacionais:

- a) Parceria para a renovação e a reabilitação urbana;
- b) Redes urbanas para a mobilidade, conectividade, competitividade e a inovação;

- c) Acções inovadoras para a gestão sustentável dos solos, desenvolvimento urbano inclusivo e propiciadoras de ampliação das redes sociais em favor do reforço da identidade cultural, do desporto, da cidadania, da tolerância e cultura da paz e,
- d) Equipamentos estruturantes do sistema urbano nacional.

Nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº15/2011 de 21 de Fevereiro são instrumentos de gestão territorial e planeamento urbanísticos: (i) a Directiva Nacional do Ordenamento do Território (DNOT); (ii) os Esquemas Regionais de Ordenamento do território (EROT); (iii) os Planos Sectoriais do Ordenamento do Território (PSOT); (iv) os Planos Especiais do Ordenamento do Território (PEOT), Planos Urbanísticos: Planos Directores Municipais (PDM); Planos de Desenvolvimento Urbanos (PDU), Planos Detalhados (PD) Planos Intermunicipais do Território (PIMOT). Estes documentos foram definidos no âmbito da Lei de Bases de Ordenamento do Território – Decreto Legislativo nº 1/2006 de 13 de Fevereiro e sua correcção pelo Decreto Legislativo nº 6/2010 de 21 de Junho.

A participação popular constitui um dos eixos da política actual de gestão urbana. De acordo com o Estatuto das Cidades: “As autarquias devem adoptar um modelo de gestão orçamental participativa, que inclui a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas de plano plurianual, da lei de enquadramento orçamental e da proposta do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pelo respectivo órgão executivo colegial. (artigo 20º)”.

“As autarquias devem promover a participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controlo directo de suas actividades e o pleno exercício da cidadania (artigo 21º do Estatuto das Cidades)”.

No contexto actual, a participação da sociedade civil na gestão urbana está mais evidenciada nas eleições dos órgãos locais, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, ambos com um mandato de quatro anos e eleitos em simultâneo.

A partir da última década do século XX, foram criadas várias associações de desenvolvimento comunitário com grande poder de intervenção junto das populações em acções viradas para o desenvolvimento local e solução de problemas específicos, nomeadamente a habitação social, o emprego, a formação e as questões de género. Essas associações têm operado tanto no meio urbano como no rural e geralmente estabelecem contratos-programa com o Governo Central e as Câmaras Municipais onde mobilizam fundo ou recorrem à plataforma das ONGs e instituições de ajuda internacional.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A GOVERNANÇA URBANA EM CABO VERDE

A mobilização de recursos para a governação urbana provém sobretudo do Governo Central e das respectivas Câmaras Municipais, no âmbito do quadro jurídico das finanças municipais.

Os Municípios possuem finanças e património próprios, cuja gestão compete aos respectivos órgãos autárquicos no âmbito da autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A Lei nº 79/VI/2005 de 5 de Setembro estabelece o regime financeiro das autarquias locais. No presente momento, a principal fonte de financiamento dos municípios provém das verbas transferidas do Governo Central, fundo de financiamento municipal, Pana II, etc., vendas de terrenos, impostos, taxas e coimas cobradas localmente são insuficientes para sustentar as Câmaras Municipais e realizar obras nos Concelhos.



II Fórum Nacional das Cidades

No actual quadro institucional, a mobilização de recursos para a governação urbana é da competência do Governo Central e da autarquia. Numa perspectiva inovadora, o Decreto-Lei 15/2001 de 21 de Fevereiro, que regulamenta os Estatutos das Cidades, no seu artigo 10º, estipula as parcerias para a renovação e reabilitação urbana. Nos termos do articulado, as parcerias locais além do município podem integrar empresas, associações empresariais, cooperativas, serviços de administração central e outras entidades do sector público, concessionários de serviços públicos, em particular na área de infraestruturas, ambiente, saneamento, energia e água, instituições de ensino, formação profissional e investigação, organizações não-governamentais, moradores e suas associações e outros actores urbanos portadores de projectos relevantes para a regeneração urbana do território em causa e para a qualificação da sua inserção no conjunto da cidade.

Alguns municípios têm alargado a mobilização de recursos às Câmaras Municipais geminadas de países amigos, que têm sido parceiros importantes na troca de experiências e mobilização de recursos para a habitação social.

As ONG e as associações têm mobilizado fundos por iniciativa própria, além de contratos-programa com o Governo Central e Municipal, tem havido parcerias com ONG internacionais e agências de cooperação de países amigos.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A GOVERNANÇA URBANA

A formação e a capacitação constituem um eixo fundamental na promoção da qualidade de vida urbana, luta contra a pobreza e melhoria de habitação nas cidades. A acção formativa deverá ser orientada para a comunidade de moradores assim como para os administradores urbanos, nomeadamente os técnicos e políticos que gerem o quotidiano da vida da cidade. Deverá versar sobre o quadro jurídico, os grandes problemas da actualidade urbana e a dinâmica social e urbana em curso no país e no mundo.

No âmbito de promoção da habitação e desenvolvimento urbano devem ser criados programas específicos para as associações existentes ou que venham a existir nos próximos tempos.

A formação dos líderes das associações comunitárias constitui um grande desafio na promoção do desenvolvimento a partir das comunidades. Geralmente, têm havido acções de formação, sobretudo nos temas de liderança, animação comunitária, gestão e contabilidade, os casos mais notáveis destacamos o Programa de Luta Contra o VIH/Sida, o Instituto para a Igualdade e Equidade do Género, mas também vários outros serviços concelhios do Estado que têm usado esse canal para chegar às comunidades.

ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIRROS INFORMAIS

CARACTERIZAÇÃO DOS BAIRROS INFORMAIS NOS CENTROS URBANOS

A expansão urbana, o êxodo rural, iniciado na década de setenta do século XX, e as migrações internas tiveram efeito no crescimento das cidades em Cabo Verde. No entanto, este aumento rápido da população das cidades não foi acompanhado de uma política habitacional. Assim, os moradores recém-chegados aos centros urbanos optaram por construir as próprias habitações. Esta situação fez surgir os bairros periféricos, principalmente nas cidades de maior concentração demográfica, como Praia e Mindelo. Recentemente, a presença de bairros degradados tem surgido nas cidades de Espargos na ilha do Sal e Sal Rei na ilha da Boa Vista, em ambos os casos estão associados à emergência do turismo e concentração de operários de construção civil e trabalhadores do sector informal na periferia da actividade do turismo.



Bela Vista, Cidade da Praia

Os habitantes destes bairros informais vivem sobretudo do trabalho jornalheiro no centro das cidades, de pequeno comércio informal, da pesca e do trabalho na construção civil. Estas actividades usualmente geram pouco dinheiro ou têm rendimento variável, de modo que o nível de vida destas pessoas é quase sempre baixo. Tal situação não permite a construção de casas com as mínimas condições de habitabilidade. São casas semiacabadas ou feitas de materiais precários, onde, muitas vezes, falta a ligação à rede pública de abastecimento de água, esgotos e electricidade. Surgem situações de roubo de água e energia.



Casa de Lata, S.Vicente

Assim, um dos grandes desafios dos bairros informais é a incidência da pobreza, em grande parte associada à elevada taxa de desemprego, sub-emprego e de baixos rendimentos. Também verificam-se nestes bairros situação de uso de álcool e droga, delinquência e violência.

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DOS BAIRROS INFORMAIS

Nos termos da Constituição, em Cabo Verde todos os cidadãos têm direito a uma habitação condigna, pelo que a existência de bairros informais e degradados e as construções clandestinas constituem anomalias associadas a constrangimentos, muitas vezes considerados circunstanciais, nomeadamente a pobreza estrutural do país. Nos termos do Artigo 72º (direito à habitação) da **Constituição da República de Cabo Verde**, com a revisão de 2010:

1. Todos os cidadãos têm direito a habitação condigna.
2. Para garantir o direito à habitação, incumbe, designadamente, aos poderes políticos:
 - a) Promover a criação de condições económicas, jurídicas institucionais e infra-estruturais adequadas, inseridas no quadro de uma política de ordenamento do território e do urbanismo;
 - b) Fomentar e incrementar a iniciativa privada na produção de habitação e garantir a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico.

No entanto, é de salientar que não houve em Cabo Verde uma política habitacional que respondesse totalmente às necessidades da população. Nos últimos anos foram promulgados alguns diplomas com impacto na melhoria do quadro de habitação social, nomeadamente o Decreto-lei nº37/2010 de 27 de Setembro que regula as condições de acesso ao crédito para a habitação, no regime geral, bonificado e jovem bonificado. Entretanto, as famílias mais vulneráveis continuam com dificuldades no que se refere ao crédito habitacional, pois o seu rendimento baixo e variável não dá garantia aos bancos.

O Decreto-lei nº15/2011 de 21 de Fevereiro, ao regular o Estatuto das Cidades, define as orientações da política de capacitação de espaços urbanos e estabelece as normas que regulam o uso da propriedade urbana visando o bem-estar e a segurança nas cidades.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OS BAIRROS INFORMAIS

A mobilização de recursos para a melhoria dos bairros informais pressupõe uma união de esforços entre vários sectores da sociedade cabo-verdiana já que muitas vezes esses bairros estão associados às classes sociais portadoras de menores recursos, população pobre, migrantes provenientes de zonas rurais e, recentemente, migrantes vindos de países da África de Oeste assolados pelas crises políticas.



Habitação precária, Ilha do Sal

Segundo a Lei nº 79/VI/2005 de 5 de Setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, os Municípios têm finanças e património próprios, sendo a gestão da competência dos respectivos órgãos autárquicos. Também são atribuições dos municípios a solução do problema da habitação social no respectivo território.

Considerando a debilidade em termos de recursos financeiros que caracteriza os municípios e o país, a solução ao fenómeno dos bairros informais também deverá acompanhar as etapas de desenvolvimento económico de Cabo Verde, pelo que a solução deverá ser feita através da mitigação dos efeitos degradantes dos bairros pobres.

O Governo Central e as autarquias são os responsáveis pela mobilização de recursos para a governação urbana. De acordo com o Decreto-Lei 15/2001 de 21 de Fevereiro, as parcerias locais, além do município, podem integrar empresas, associações empresariais, cooperativas, serviços de administração central e outras entidades do sector público, concessionários de serviços públicos, em particular na área de infraestruturas, ambiente, saneamento, energia e água, instituições de ensino, formação profissional e investigação, organizações não-governamentais, moradores e suas associações e outros actores urbanos desde que os projectos sejam importantes na regeneração urbana do território e qualificação das cidades.

As ONG e as Associações de Desenvolvimento Comunitário têm conseguido realizar actividades através de recursos mobilizados junto aos parceiros internacionais e do Governo Central. As Câmaras Municipais têm criado programas de habitação social com recursos próprios ou mediante a cedência do terreno, fornecimento de materiais de construção e planta modelo, sobretudo nas pequenas cidades. Nas pequenas cidades, a comunidade tem usado a solidariedade como recurso, através da disponibilização de mão-de-obra de amigos e familiares na construção das habitações nos bairros informais.

Os emigrantes, oriundos dos pequenos centros urbanos, têm contribuído no desenvolvimento urbano através de investimentos em habitação, bem como na instalação de empresas no ramo numa parceria concertada com o Município e com o Governo Central.

As organizações femininas como a OMCV e a MORA-BI, nos seus programas de apoio às mulheres, têm construído casas para as mulheres chefes de família e as associações comunitárias têm promovido a melhoria de habitação das camadas vulneráveis.

No limiar do século XXI, Cabo Verde enfrenta uma grave crise de habitação em todo o território nacional, mas sobretudo nos grandes centros urbanos e ilhas com grande dinâmica no sector do turismo. A fim de mitigar a crise habitacional, o Governo criou um programa de habitação social denominada “Casa para todos” que está a contar com recurso ao crédito e financiamento de instituições de países amigos.



Espargos, Ilha do Sal



Achada Grande Trás, Ilha de Santiago

Portugal concedeu uma linha de crédito de 200 milhões de Euros para a construção de 8250 casas em todos os municípios do país, principalmente nas cidades com maiores carências de habitação, casos da Praia, Mindelo, Sal e Boa Vista. Mais países como a China e o Brasil têm concorrido para a solução da habitação nos centros urbanos em Cabo Verde.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A MELHORIA DOS BAIRROS INFORMAIS

A formação e a capacitação constituem medidas educativas de promoção de cidadania e vida urbana nas cidades. Lembramos que a precariedade nos bairros informais não resulta apenas da qualidade das habitações, resulta também de hábitos e padrões culturais que condicionam a gestão dos resíduos, o uso da água, entre outros.

A incidência de doenças associadas à pobreza, a violência doméstica e a delinquência são casos frequentes nesses bairros. Nesta perspectiva, a formação constitui uma medida necessária para os bairros informais, sobretudo nos domínios de educação ambiental, educação para a cidadania, gestão de recursos familiares, empreendedorismo e actividades geradoras de rendimento e promoção de microcrédito.

Os programas de formação deverão ser orientados para todos os actores que intervêm na cidade, tanto para a classe política e administrativa como para os moradores dos bairros informais.



Educação para a Cidadania Territorial e Urbana

SERVIÇOS URBANOS DE BASE EM CABO VERDE

CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS DE BASE EM CABO VERDE

A carência das infraestruturas e equipamentos urbanos constitui um estrangulamento dos centros urbanos em Cabo Verde, com maior incidência nos bairros informais nos grandes centros urbanos como a Praia e o Mindelo e ilhas de turismo emergente como o são os casos do Sal e da Boa Vista. No entanto, tem havido notáveis melhorias nos últimos anos em relação ao abastecimento de água e energia eléctrica ao domicílio, persistindo, no entanto, problemas sérios no âmbito da regularidade de fornecimento e qualidade dos serviços.

A rede de esgotos continua muito precária na maioria das cidades, sendo melhor na cidade do Mindelo. Em regra, os bairros informais das grandes cidades e as pequenas cidades não possuem redes de esgotos. A recolha de resíduos urbanos tanto líquidos como sólidos continua muito deficiente e a agravar perduram hábitos culturais como o vazamento do lixo em qualquer área livre de construção, circulação de animais à solta nas ruas e a criação de animais nas residências no meio urbano.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em Cabo Verde, 54% das casas estão ligadas à rede pública de abastecimento de água. No entanto, existem grandes assimetrias entre o espaço rural e os centros urbanos e uma grande diferença entre os municípios e os centros urbanos. De acordo com os dados dos Censo de 2010, no concelho da Ribeira Grande de Santo Antão 81% das casas estavam ligadas à rede de água, no outro extremo estava o concelho de São Salvador do Mundo com apenas 15,7% ligada à rede pública. Em situação intermédia encontravam-se os municípios de Tarrafal de São Nicolau (76,5); Maio (74,8); Paul (72,4); Tarrafal de Santiago (67,3); Porto Novo (63,1); São Lourenço dos Órgãos (60,9). Verificamos que um grande centro urbano, como a cidade da Praia, tinha uma taxa de cobertura de 49,7% e Mindelo 57,6%.



Chafariz, Ribeira da Barca

Registamos que os grandes centros urbanos são abastecidos com água dessalinizada e o rápido crescimento das periferias à base de construções clandestinas tem dificultado a extensão da rede de distribuição de água.

Constitui factor dominante nos grandes centros urbanos uma distribuição deficiente de água sobretudo nos bairros informais, quer através dos fontanários públicos ou através de rede, com rupturas frequentes nos abastecimentos.

A ELECTRA, empresa concessionária de água e energia nos grandes centros urbanos, apresenta uma certa crise crónica de tesouraria, não podendo assim acompanhar o ritmo de crescimento das necessidades de consumo dos centros urbanos. O abastecimento de água constitui um dos maiores problemas dos centros urbanos de Cabo Verde.

ALOJAMENTOS COM LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA SEGUNDO OS CONCELHOS

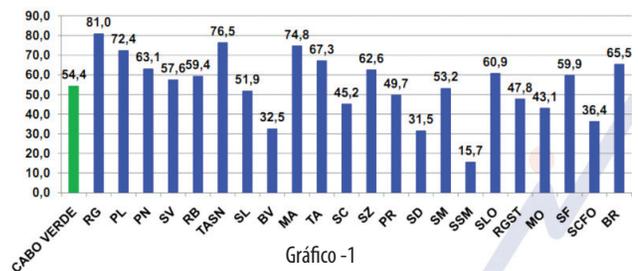


Gráfico -1

SANEAMENTO BÁSICO – REDE DE ESGOTOS

O saneamento básico constitui um grande handicap dos centros urbanos de Cabo Verde. Em 2010, a grande maioria das cidades de Cabo Verde não tinha rede de esgotos, sendo dominante o sistema de fossas sépticas. A única excepção é a cidade do Mindelo onde a rede de esgotos abrangia mais de 60% das casas, quando mesmo no maior centro urbano e capital do País, a cidade da Praia, a rede de esgotos abrangia menos de 20% das casas. O sistema de fossas sépticas é dominante em todo o arquipélago.

ALOJAMENTOS COM SISTEMA DE EVACUAÇÃO DAS AGUAS RESIDUAIS POR CONCELHO

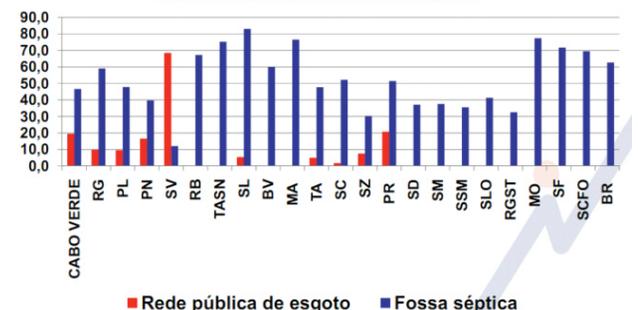
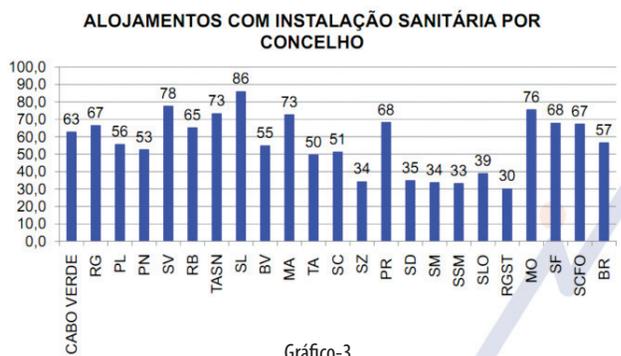


Gráfico -2

Entretanto, as instalações sanitárias abrangiam mais de 63% dos alojamentos de Cabo Verde, mas os municípios rurais da ilha de Santiago se encontravam muito abaixo da média nacional.

O quadro é mais precário nos bairros degradados dos grandes centros urbanos, onde predominam as construções informais sem qualquer equipamento de saneamento básico.



A criação de estações de tratamentos de águas residuais constitui um desafio de modernização e que vêm sendo instaladas nas cidades que criaram rede de esgotos.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Possuindo uma moderna legislação na matéria, a recolha, o tratamento e o acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos são da responsabilidade das respectivas Câmaras Municipais, com um importante grau de precariedade. O quadro é variável ao nível nacional, sendo mais precários nos grandes centros urbanos como as cidades da Praia e do Mindelo. Estas duas cidades estão mais bem equipadas e possuem um sistema de recolha melhor estruturado, mas possuem maior volume de resíduos sólidos e muito mais complexos na sua natureza.

A situação é mais precária na cidade da Praia, onde ainda persiste um sistema de depósito de lixo a céu aberto, lixão na terminologia brasileira, assistindo-se o vazamento de resíduos nas ruas e espaços livres dos bairros pobres. A queima do lixo em plena cintura urbana constitui casos frequentes apesar de ter diminuído nos últimos anos.

Nas cidades de Cabo Verde persistem hábitos rurais trazidos pelos migrantes vindos do campo como a criação de animais à solta nas ruas dificultando o saneamento urbano. Nos últimos anos, as Câmaras Municipais têm esforçado na criação de lixeiras controladas. Na ilha de Santiago está em avançado estado de construção um aterro sanitário para todos os municípios da ilha.

TRANSPORTES E CIRCULAÇÃO URBANA

Com exceção das cidades da Praia e do Mindelo que possuem um vasto território, a maioria das cidades de Cabo Verde são pequenas pelo que dispensam um transporte colectivo interno nas cidades. Geralmente, os municípios possuem um sistema de transporte ligando as várias localidades do concelho, estes transportes são organizados por privados, embora licenciados pelas respectivas Câmaras Municipais. São utilizados pequenos autocarros tipo Hiace e carrinhas de caixa aberta nos concelhos com mais peso rural.

Nos centros urbanos mais pujantes existem serviços de táxis licenciados pelas Câmaras Municipais. Nas cidades da Praia e do Mindelo existem empresas de transportes colectivos com autocarros que exploram redes de ligação entre os bairros definidos pelas Câmaras Municipais. Na cidade da Praia, apesar de ser a cidade com maior extensão territorial, o sistema de transporte colectivo de autocarros é precário pelas dificuldades financeiras das empresas que operam no sector. O sistema de táxis é bastante eficiente, sendo a maioria dos veículos de grande qualidade, constituindo uma referência na África ocidental.

Todas as Câmaras Municipais garantem transporte escolar aos alunos do ensino secundário provenientes das aldeias periféricas dos municípios. A ligação interurbana é bastante eficiente embora a sua exploração seja pouco organizada, sem horário estabelecido, os preços são combinados entre os vários proprietários de minibus e carrinhas que circulam nas ilhas.

ABASTECIMENTO DE ENERGIA

Em 2010, a energia eléctrica chegava a 80% das casas de Cabo Verde, estando as ilhas de Barlavento, sobretudo Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Sal as melhores servidas com uma taxa de cobertura acima da média. Nas ilhas de Sotavento, apenas os concelhos da Praia, da Brava e do Maio estavam acima da média. Os concelhos com menores taxas de ligação à rede de energia eléctrica estão no interior de Santiago e Fogo. São Miguel (na ilha de Santiago) e Santa Catarina (na ilha do Fogo) estavam com piores taxas de ligação à rede de energia, situando-se abaixo de 50%.

No entanto, regista-se uma rápida extensão da rede eléctrica em todas as ilhas, embora persistam crises crónicas de abastecimento com ciclos de cortes que podem durar vários dias, sobretudo nas áreas rurais e bairros periféricos. Persistem problemas estruturais como as perdas de energia nas linhas de distribuição, investimentos tardios na produção e roubo de energia. O Governo apresenta um ambicioso programa de energias renováveis para reduzir a dependência da energia fóssil até 2020.

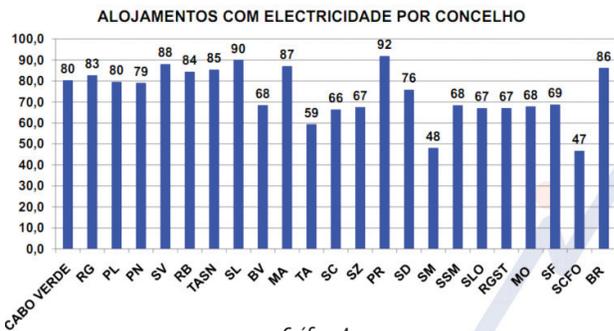


Gráfico-4

O gás butano constitui a principal fonte de energia na confecção de alimentos na maioria das casas em Cabo Verde, cobrindo 70% das habitações no arquipélago. No entanto, existem assimetrias entre os centros urbanos e o espaço rural, assim como entre as ilhas de Barlavento e de Sotavento. Nos municípios de grande peso urbano como Praia, São Vicente, Sal e Boa Vista o gás representa mais de 80% do combustível de cozinha. Nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau, Maio e Brava superam a lenha, nos municípios rurais de Santiago e do Fogo ainda o uso da lenha supera a penetração do gás butano.

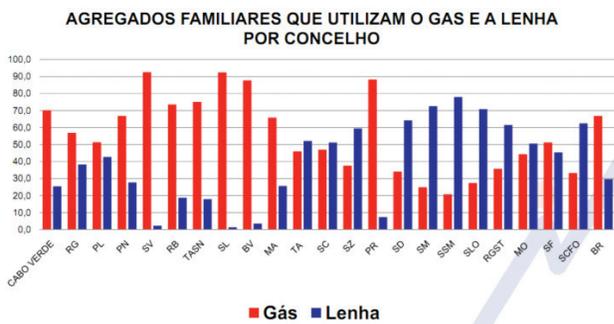


Gráfico-5

EDUCAÇÃO

O sistema educativo cabo-verdiano abrange o ensino básico de seis anos e um secundário também de seis anos e três ciclos. As infraestruturas escolares para o ensino básico abrangem todo o território nacional. O ensino básico é obrigatório e a rede escolar garante que todas as localidades tenham uma sala de aula a menos de meia hora de caminho. Nos centros urbanos as crianças têm sempre uma sala de aula a menos de 15 minutos de caminho.

Quadro 2

Meio de Residência e Concelho / Nível de Ensino	NÍVEL DE ENSINO DA POPULAÇÃO (3 ANOS OU MAIS)							
	SEM NÍVEL / NUNCA	PRE-ESCOLAR	ALFABETIZAÇÃO	ENSINO BÁSICO	SECUNDÁRIO	CURSO MÉDIO	BACHAREL OU SUPERIOR	ND
CABO VERDE	12,5	4,6	1,7	43,0	31,2	1,0	5,1	1,0
<i>Urbano</i>	9,9	4,5	1,3	39,9	34,8	1,3	7,5	0,9
<i>Rural</i>	16,8	4,7	2,3	47,8	25,5	0,6	1,2	1,1
Ribeira Grande	18,1	3,9	2,8	44,0	27,5	1,1	2,1	0,4
Paul	15,5	3,7	5,3	43,9	26,6	1,5	1,5	2,0
Porto Novo	16,2	4,4	4,3	42,7	26,9	0,9	1,8	2,8
S. Vicente	10,4	4,0	1,3	41,8	32,8	1,3	7,5	1,0
Ribeira Brava	4,7	4,3	2,3	54,9	23,2	0,7	1,8	8,2
Tarrafal de S. Nicolau	12,4	6,0	1,8	52,3	23,2	0,9	1,4	1,9
Sal	6,2	5,2	1,4	44,3	37,4	1,2	3,8	0,6
Boavista	7,3	3,9	1,4	46,0	35,6	1,0	3,7	1,2
Maio	10,9	5,1	4,8	48,2	27,9	0,5	2,2	0,4
Tarrafal	14,9	5,0	2,3	42,9	30,7	0,4	1,9	2,0
Santa Catarina	17,1	4,6	0,9	42,0	30,3	0,9	3,8	0,4
Santa Cruz	15,4	5,9	1,1	46,0	27,9	0,8	2,3	0,7
Praia	9,6	4,4	1,0	38,2	35,3	1,3	9,6	0,7
S. Domingos	13,4	5,4	1,9	46,6	30,0	0,9	1,6	0,2
Calheta de S. Miguel	18,2	5,0	2,9	43,1	27,0	1,0	2,2	0,4
S. Salvador do Mundo	18,2	4,0	0,8	44,1	30,2	0,6	1,2	0,9
S. Lourenço dos Órgãos	14,8	4,3	1,4	42,6	32,9	0,7	3,0	0,2
Ribeira Grande de Santiago	21,6	3,4	0,6	48,0	23,8	0,6	1,4	0,6
Mosteiros	16,9	5,1	4,0	46,7	26,0	0,3	0,7	0,2
S. Filipe	13,6	5,0	1,9	50,2	25,9	0,5	1,4	1,6
Santa Catarina do Fogo	15,6	6,4	3,6	52,5	20,9	0,1	0,6	0,4
Brava	12,6	6,0	1,3	52,8	24,3	1,2	1,6	0,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censo 2010

O ensino secundário garante uma cobertura nacional em todas as ilhas, uma vez que existe pelo menos um estabelecimento de ensino secundário por município. Em 2010, havia 51 estabelecimentos públicos de Ensino Secundário com um total de 53 691 alunos.

O ensino superior está mais centralizado, havendo, em 2010, dez instituições de Ensino Superior, abrangendo a universidade pública de Cabo Verde com campi na Praia e no Mindelo, duas privadas com campi na Praia e Mindelo, uma privada na cidade de Assomada, quatro privadas restritas à Praia ou ao Mindelo.

SERVIÇOS DE SAÚDE

A rede de serviços de saúde é constituída por dois hospitais centrais, localizadas respectivamente nas cidades de Praia e do Mindelo; 3 Hospitais regionais- no Fogo, na Ribeira Grande em Santo Antão e em Santiago Norte na cidade de Assomada; 30 centros de saúde, em todas as sedes de municípios; 34 postos de saúde, 114 unidades sanitárias de base e 5 centros de saúde reprodutiva. Esta rede garante o acesso a cuidados básicos em todo o território nacional.

No ano de 2010, existiam a nível do sector privado 67 consultórios médicos, 47 consultórios odontológicos, 7 centros de fisioterapia, 16 laboratórios de análises clínicas e 5 postos de enfermagem.



Hospital Regional de Santiago Norte

Quadro 3

RAZÃO DE MÉDICO E ENFERMEIROS POR 10.000 HABITANTES EM 2010

Concelho	População	Médicos	Razão	Enfermeiros	Razão
Ribeira Grande	18 890	9	4,8	31	16,4
Paul	6 997	1	1,4	7	10,0
Porto Novo	18 028	5	2,8	12	6,7
São Vicente	76 107	78	10,2	134	17,6
Ribeira Brava	7 580	1	1,3	10	13,2
Tarrafal de S. Nicolau	5 237	1	1,9	5	9,5
Sal	25 765	8	3,1	10	3,9
Boa Vista	9 162	3	3,3	8	8,7
Maio	6 952	2	2,9	7	10,1
Tarrafal	18 565	5	2,7	13	7,0
São Miguel	15 648	5	3,2	7	4,5
Santa Catarina (ST)	43 297	25	5,8	42	9,7
S. Salvador do Mundo	8 677	1	1,2	5	5,8
Santa Cruz	26 609	3	1,1	16	6,0
S. Lourenço dos Órgãos	7 388	1	1,4	5	6,8
São Domingos	13 808	2	1,4	8	5,8
Praia	131 602	128	9,7	182	13,8
Ribeira Grande (ST)	8 325	1	1,2	3	3,6
Mosteiros	9 524	2	2,1	7	7,3
São Filipe	22 228	8	3,6	22	9,9
Santa Catarina (FG)	5 299	1	1,9	2	3,8
Brava	5 995	2	3,3	7	11,7
Cabo Verde	491 683	292	5,9	543	11,0

Fonte: Relatório Estatístico de Saúde 2011

Quadro 4

CAMAS POR ESTRUTURA DE SAÚDE EM 2010

Concelhos	Estrutura	Número de casos
	Hospitais centrais	540
Praia	Praia	317
São Vicente	São Vicente	223
	Hospitais Regionais	208
Ribeira Grande (SA)	Ribeira Grande	67
Santa Catarina	Santiago Norte	90
São Filipe	São Filipe	51
	Centros de saúde	287
Paul	Paul	14
Porto Novo	Porto Novo	28
Ribeira Brava	Ribeira Brava	22
Tarrafal de São Nicolau	Tarrafal	26
Sal	Espargos	29
Boavista	Sal Rei	31
Maio	Maio	12
Tarrafal (ST)	Tarrafal	22
São Miguel	Calheta	19
Ribeira Grande (ST)	Cidade Velha	0
Santa Cruz	Pedra Badejo	27
São Lourenço dos Órgãos	Órgãos	0
São Domingos	São Domingos	17
São Salvador do Mundo	Picos	0
Santa Catarina (FG)	Cova Figueira	0
Mosteiros	Mosteiros	27
Brava	Nova Sintra	13
Cabo Verde		1035

Fonte: Instituto Nacional de Estatística 2010

TELECOMUNICAÇÕES

A rede de telecomunicações apresenta uma boa cobertura nacional tanto no espaço rural como no espaço urbano. Em todas as famílias existe pelo menos um aparelho de telemóvel. Este dispositivo teve uma larga difusão em Cabo Verde nos últimos anos, existindo actualmente duas empresas que prestam serviço ao nível do telemóvel e da internet via telemóvel. As chamadas de emergência são gratuitas, tanto através da rede móvel como do fixo.

A cobertura da Internet também abrande todos os centros urbanos. Os principais centros urbanos oferecem praças digitais gratuitas com acesso através da Wireless. Este tipo de serviço é muito apreciado pela juventude embora seja usado essencialmente para a navegação nas redes sociais.

ÁREAS VERDES

O quadro da seca e razões de ordem cultural justificam a grande carência de áreas verdes nas cidades de Cabo Verde. Efectivamente, a falta de água ou o seu elevado custo não permitem a irrigação da vegetação nas cidades ainda agravada pela elevada evapotranspiração no clima árido das ilhas. No entanto, persiste a ausência de uma tradição de áreas verdes, o que dificulta o uso de tecnologia moderna e aproveitamento das águas residuais para a criação de espaços verdes.

No âmbito do PANA II (2004-2014), as Câmaras Municipais apresentaram Planos Ambientais Municipais que incluíam, entre outras coisas, a criação de um Plano Verde das respectivas cidades. No entanto, com as dificuldades de mobilização de financiamento os planos verdes foram relegados para o futuro.

O Governo anunciou para breve um plano de florestas urbanas que se pensa será uma primavera para as cinturas urbanas do arquipélago.

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS URBANOS DE BASE

Nos termos do artigo 29º dos Estatutos dos Municípios (Lei n.º 134/IV/95, de 03 de Julho) o saneamento básico e a salubridade das cidades é atribuição do município no que respeite a:

- a) Estabelecimento e gestão do sistema municipal de abastecimento de água, nos termos da lei;
- b) Estabelecimento e gestão do sistema municipal de esgotos, descarga, evacuação e reutilização de águas usadas ou residuais;
- c) Estabelecimento e gestão do sistema municipal de recolha, tratamento, aproveitamento ou destruição de lixos e de limpeza pública;
- d) Estabelecimento e gestão de cemitérios;
- e) Disciplina de enterramentos e actividade funerária;
- f) Estabelecimento e gestão dos sistemas de drenagem pluvial;
- g) Estabelecimento de uma rede de tratamento de controlo de qualidade da água.

Em Cabo Verde, em Janeiro de 2012, a maioria das Câmaras Municipais já tinha aprovado os respectivos Planos de Desenvolvimento Municipal (PDM) e já estava em curso os Planos detalhados dos centros urbanos (PDU). Em termos de Planos Sectoriais (PEOT), havia em todos os municípios um Plano Ambiental Municipal no âmbito do PANA II que entrou em vigor em 2005. A Directiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT) e o Esquema Regional de Ordenamento do Território (EROT) já tinham sido elaborados no âmbito nacional e em curso de aplicação.

O estatuto das cidades, promulgado através do Decreto-lei nº15/2001 de 21 Fevereiro, constituirá uma base institucional importante na gestão urbana nos tempos vindouros.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OS SERVIÇOS URBANOS DE BASE

A mobilização de recursos para a requalificação urbana e promoção da habitação social tem sido feita tanto pelo Governo central como pelas respectivas Câmaras Municipais. Geralmente, as grandes obras, como a rede de esgotos, a construção escolar, os centros de saúde, as vias estruturantes e as centrais dessalinizadoras têm sido feitos pelo Governo central que mobiliza recursos através de crédito nos países amigos e instituições financeiras internacionais.

A elevação das capitais concelhias ao título honorífico de cidade tem em vista um plano de requalificação urbana de âmbito nacional pelo que se espera do Governo Central a mobilização de recursos para o cumprimento desse desiderato.

Os recursos podem ser mobilizados no quadro do previsto nos Estatutos das Cidades, com a requalificação dos centros urbanos numa parceria concertada envolvendo os Governos central e municipal, as empresas do sector imobiliário e os moradores. No âmbito municipal, a Câmara Municipal poderá recorrer ao financiamento através de recursos próprios ou mobilização de recursos através de parceria com o sector privado no quadro de contrapartidas de urbanizações turísticas e promoção imobiliária atraindo investidores criando cenários atractivos.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA OS SERVIÇOS URBANOS DE BASE

A formação para esse sector enquadra-se na perspectiva de educação ambiental para uma vivência urbana, nomeadamente nos domínios de gestão de resíduos, consumo de água e uso de equipamentos e infraestruturas comunitárias.

As acções de formação poderão ser realizadas em parceria com as associações comunitárias, grupos juvenis organizados, ou ainda através do ensino formal, com o envolvimento de alunos e professores do ensino básico e secundário.

SEGURANÇA PÚBLICA NOS CENTROS URBANOS DE CABO VERDE

CARACTERIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM CABO VERDE

O aumento da população nas cidades de Cabo Verde pode fazer aumentar também a criminalidade. Neste contexto, a segurança urbana é uma das grandes preocupações actuais nos centros urbanos. Assim, as cidades mais pequenas são as mais seguras, enquanto nas cidades de maior dimensão, como Praia e Mindelo, a insegurança está a alcançar dimensões consideráveis. Os crimes contra pessoas e contra propriedades têm aumentado significativamente desde 2000 a 2009, com uma quebra ligeira em 2010. Em relação aos roubos nota-se uma redução na Praia com os reforços de policiamento.

Nos últimos anos surgiram grupos juvenis organizados promovendo actos de vandalismo e assaltos de rua, os denominados “THUGS” que também têm promovido actos de violência urbana num quadro inédito em Cabo Verde, este grupos afectam principalmente os grandes centros urbanos, nomeadamente as cidades da Praia e do Mindelo.

O consumo da droga pela camada juvenil nos bairros informais está, em grande medida, a montante desses grupos organizados. Mas a polícia nacional conhece muito bem o terreno tanto na identificação dos bairros afectados como dos grupos e jovens ligados a essa prática.

5.2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

No quadro da legislação nacional, a segurança das cidades é garantida pela Polícia Nacional, que possui um comando nacional na Praia, comandos regionais em Santo Antão, São Vicente, Sal, Praia, Santa Catarina (ilha de Santiago) e Fogo e esquadras em todos os concelhos. Há um serviço de bombeiros em quase todas as cidades e os serviços de protecção civil, com sede na Praia, conseguem cobrir todo o país.

Pontualmente em casos críticos as forças armadas, nomeadamente a polícia militar tem sido chamada a reforçar os trabalhos da polícia nacional na segurança pública.

O sistema de telecomunicações garante uma cobertura nacional e o acesso à segurança 24 horas por dia em todas as parcelas do território havendo número de emergência gratuita para os serviços de piquete da Polícia Nacional.

5.3. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

A mobilização de recursos inscreve-se na melhoria das condições de reforço da cobertura da Polícia Nacional a todos os centros urbanos e semi-urbanos de Cabo Verde, com maior reforço nos bairros informais. No entanto, a melhoria dos acessos e circulação, nomeadamente a pavimentação e abertura de algumas ruas e a melhoria da iluminação pública, remoção de alguns escombros poderão melhorar o acesso da polícia e dos bombeiros em caso de emergência.

Devem ser mobilizados recursos financeiros para a criação de corpos de bombeiros em todos os municípios, sendo importante o canal das geminações à semelhança do que acontece em alguns municípios do país. A participação comunitária e a solidariedade dos emigrantes poderão ser úteis na mobilização de alguns equipamentos como ambulâncias e bombeiros.

5.4. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança preventiva poderá ser conseguida através da formação cívica dos moradores na perspectiva de diminuição da incidência da violência e delinquência nos bairros espontâneos. Essas acções de formação poderão ser realizadas numa parceria entre as Câmaras Municipais, as escolas de diversos níveis, as igrejas e as associações comunitárias de base.

No âmbito da protecção civil, a mobilização e a formação de voluntários no seio da camada juvenil será um investimento prioritário na promoção da cidadania nos bairros informais e para isso as Câmaras Municipais deverão mobilizar meios para o efeito contando com a experiência da Cruz Vermelha de Cabo Verde e do Corpo de Escuteiros.

AMBIENTE E RISCOS URBANOS EM CABO VERDE

CARACTERIZAÇÃO DOS RISCOS URBANOS EM CABO VERDE

Em Cabo Verde há sempre a possibilidade de catástrofes ligadas a construções em terrenos não apropriados, à seca, às inundações provocadas pelas chuvas torrenciais, à passagem de ciclones e às pragas. No caso da ilha do Fogo é de considerar também os riscos associados à erupção vulcânica, tendo em consideração a recente actividade vulcânica nesta ilha.

Assim, as casas nas proximidades das linhas de água estão mais sujeitas a perigos. No entanto, a passagem de ciclones com ventos fortes¹ poderá provocar grandes estragos em construções precárias e inacabadas, sendo um risco potencial. As pragas, como a ocorrência da invasão de gafanhotos do deserto (*Schistocerca gregaria*)², com maior incidência nos campos agrícolas, constituem um problema de âmbito nacional. No entanto, nas últimas décadas as secas não têm provocado mortes na população devido às medidas tomadas pelo país e à facilidade na importação de bens alimentícios.



Construções no leito da ribeira

O deficiente saneamento urbano cria condições de vulnerabilidade e riscos de epidemias de grande incidência comunitária como a cólera, a dengue, o paludismo, a febre tifóide, etc., com maior incidência nos bairros informais, com abastecimento deficiente de água, e acumulação de lixo. Os bairros informais são mais vulneráveis em todas as situações de catástrofes e de epidemias que nos últimos anos chegaram a Cabo Verde. A epidemia de dengue que assolou o país em 2009 é um exemplo da facilidade no alastramento de doenças em Cabo Verde. Foram registados 21 137 casos de dengue, sendo a ilha de Santo Antão a menos atingida (com 4 casos) e a de Santiago a mais atingida (com 16 237 casos).

¹ A passagem de ciclone com mais sequela foi em 1984 deixando 30 mortes no arquipélago.

² A última invasão com sequela foi no início da década de quarenta do século XX.



Construções nas encostas

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DOS RISCOS URBANOS

A gestão do ambiente e de riscos urbanos deve ser vista numa perspectiva sistémica e intersectorial. Em Cabo Verde, existem em todas as Câmaras Municipais um pelouro responsável pelo saneamento e pela qualidade do ambiente, que responde pelo quadro do ambiente urbano em toda a cidade. Há também um corpo de Bombeiros voluntários com capacidade para responder a casos de emergência e protecção civil.

O Ministério do Ambiente e o Ministério de Saúde possuem delegações em todos os concelhos que devem zelar pela qualidade do ambiente natural e social da comunidade, bem como diminuir a incidência de riscos em caso de catástrofes.

O Serviço Nacional de Protecção Civil, sedado na cidade da Praia, constitui a instituição pública responsável pela protecção civil em todo o território nacional, sobretudo em casos de grande envergadura, possui mecanismos de alerta e ele trabalha em parceria com todas as Câmaras Municipais, bem como as Forças Armadas e a Polícia Nacional. Existem ainda outras ONG, como a Cruz Vermelha de Cabo Verde, que possuem antenas nos diferentes concelhos e entram em acção em casos de emergência urbana.

A ANSA (Agência Nacional de Segurança Alimentar) é a instituição responsável pelo controle da importação de alimentos, garantindo uma reserva para casos de emergência.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OS RISCOS URBANOS

A gestão de riscos urbanos está na estreita ligação com a requalificação dos bairros informais. O uso de materiais inflamáveis como a madeira na construção de habitações faz aumentar os riscos de incêndios de grande envergadura ou abrangendo casas em série. A obstrução de ruas devido a construções desalinhadas e acumulação de escombros é um outro factor de perigo, pois dificulta a acção dos bombeiros. Assim, devem ser mobilizados recursos para a limpeza das ruas e melhoria nas habitações.



Cidade do Porto Inglês, Ilha do Maio

O baixo nível de saneamento e a permanência de um elevado número de indivíduos em espaços exíguos favorecem o alastramento de epidemias nesses bairros, pelo que basicamente deverão ser mobilizados recursos para a melhoria das casas e para debelar a situação de pobreza nos bairros informais.

A educação ambiental poderá ser feita através das escolas e directamente nas comunidades, numa acção concertada entre os Municípios, as Delegações do Governo instaladas nos diferentes concelhos e as associações comunitárias de base, usando para o efeito os recursos previstos no âmbito do PANA II e ainda recursos mobilizados junto das organizações internacionais.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA OS RISCOS URBANOS

Considerando os riscos apontados a população cabo-verdiana deve ser informada e preparada para agir em casos de emergência. No entanto, é preciso fazer campanhas preventivas, alertando a população para o perigo da construção em zonas não apropriadas. Neste sentido, acções de formação poderão ser programadas em concertação com outros temas de animação comunitária, nomeadamente, temas ligados ao ambiente, cidadania e saúde pública, envolvendo as associações comunitárias de base com o apoio das Câmaras Municipais, das Delegações Concelhias do Governo central e da comunicação social.

Os estabelecimentos escolares devem incluir nas suas actividades a sensibilização para casos de riscos urbanos, com a identificação dos riscos potenciais e as medidas de mitigação em casos de ocorrência.

QUADRO DO GÉNERO

CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO DO GÉNERO EM CABO VERDE

Em Cabo Verde, a diferença entre agregados familiares chefiados por homens e por mulheres é pequena, embora em alguns concelhos seja bem marcante. No ano 2010, 51,9% dos agregados eram chefiados por homens e 48,1% por mulheres. Na ilha de Santiago em todos os concelhos, à excepção de Praia e São Domingos, há maior percentagem de agregados chefiados por mulheres. Nas restantes ilhas ocorre o inverso. Há, nos centros urbanos, mais homens do que mulheres, ao contrário do que sucede no espaço rural onde há mais mulheres do que homens. Esta situação pode ser explicada pelo êxodo rural e pelas migrações internacionais, tendo em atenção que os homens têm mais facilidade de emprego nos centros urbanos, nomeadamente na construção civil, bem como mais facilmente emigram para o exterior.

Regra geral, os homens têm maior facilidade de acesso ao solo urbano para a construção, embora não exista nenhuma restrição legal para o acesso das mulheres. Por esta via, a construção de casa é quase sempre da iniciativa dos homens, mais por razões de ordem cultural. As mulheres chefes de famílias monoparentais têm mais dificuldades no acesso à habitação própria porque são mais afectadas pelo desemprego e pela pobreza. No ano de 2010, a taxa de desemprego era de 8,7%, para ambos os sexos, mas para as mulheres era de 9,9%.

Não existem medidas discriminatórias entre homens e mulheres no acesso ao ensino, ao emprego ou a qualquer outra actividade social, política ou económica. No âmbito escolar a presença das meninas no sistema é proporcional à população residente, havendo sempre uma tendência para mais meninas no ensino básico e secundário do que rapazes.

No geral, o comércio informal apresenta uma grande participação feminina (vendadeiras de peixe, vestuário e perfumaria proveniente das remessas de emigrantes, guloseimas, bebidas e petiscos a retalho) e algumas mulheres montam pequenos negócios com algum sucesso e, neste quadro, elas constroem as suas habitações sem qualquer restrição e algumas até criam negócios paralelos de comércio e arrendamento de casas.

No âmbito da participação na vida comunitária, em especial na política, regista-se uma menor participação feminina, cenário compreensível pelo hábito herdado das tradições que reserva certas actividades aos homens, mas em decadência no período recente com o maior acesso das mulheres ao ensino e à formação superior.



Actividade comercial – Tarrafal de Santiago

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DO GÉNERO EM CABO VERDE

A promoção da igualdade do género constitui uma preocupação política em Cabo Verde, tanto no espaço rural como urbano. No quadro institucional, o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Género, ICIEG, tem a tarefa de desempenhar acções viradas para a promoção da igualdade e equidade de género, mas sobretudo através da comunicação, informação e sensibilização e apoio em casos concretos.

Nos termos do 2º parágrafo, do artigo 1º da Constituição da República de Cabo Verde: “A República de Cabo Verde reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou situação económica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social e assegura o pleno exercício por todos os cidadãos das liberdades fundamentais”.

Entretanto, além da Constituição da República, existe um quadro normativo que favorece a igualdade do género, não obstante os obstáculos de ordem cultural, de onde destacamos:

- Decreto-Legislativo nº 12-C/97, de 30 de Junho, que aprova o Código da Família de Cabo Verde, constituindo o Livro IV do Código Civil – Direito da Família publicado integralmente a 30 de Setembro do mesmo ano.
- Despacho nº 50/2001, de Sua Excelência o Primeiro-ministro, que cria o Comité de Coordenação do Combate à SIDA e às Doenças Sexualmente Transmissíveis (CCS-SIDA), no dia 4 de Julho de 2001. O CCS-SIDA é constituído por cerca de vinte elementos que provêm dos sectores público e privado;
- Decreto-Regulamentar nº 5/2003, de 25 de Agosto, que aprova os Estatutos do Instituto da Condição Feminina (ICF), principal organismo público vocacionado para a promoção da igualdade e equidade do género, hoje designado Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG);
- Lei nº 19/VII/2007, de 26 e Novembro, que regula os aspectos ligados à Prevenção, Tratamento e Controlo do VIH;
- Lei nº 84/VII/2011, que aprova a Lei contra a Violência Baseada no Género (VBG), que entrou em vigor em Março de 2011, define a VBG como crime público, alvo de um procedimento criminal urgente, concedendo ao Ministério Público e à Polícia um prazo de 48 horas para efectuar as primeiras diligências, antes da acção dos Tribunais. Essa legislação é uma novidade absoluta na ordem jurídica interna cabo-verdiana, não só pelas soluções que apresenta, mas sobretudo pelo facto de ser a primeira lei a tratar especial e exclusivamente da matéria;

Existem várias ONG que trabalham no domínio da promoção da condição da mulher, com destaque para a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e da MORABI, que são as mais activas e de abrangência nacional. Desenvolvem actividades de formação, apoio às famílias, planeamento familiar, consultas médicas e financiamento de actividades geradoras de rendimento através de microcréditos.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA O QUADRO DO GÉNERO

Tendo em conta que as mulheres representam a maioria da população pobre e vulnerável nos bairros espontâneos, o acesso à habitação no quadro de igualdade do género deverá ser integrado dentro da política de habitação social para as camadas vulneráveis. Assim, o acesso ao crédito poderá exigir uma discriminação positiva sobretudo no financiamento de actividades geradoras de rendimento. A mobilização de recursos deverá ser feita de forma integrada com as acções identificadas nas rubricas anteriores.

O apoio institucional das organizações promotoras da condição feminina, como a OMCV (Organização das Mulheres de Cabo Verde) e a MORABI (Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento), poderá facilitar acções práticas junto das comunidades de base.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO

Para que haja um bom resultado a formação deverá ser feita de forma coordenada nas comunidades, possibilitando a compreensão da mensagem que se quer passar e evitando proliferação de programas. Temas integradoras como o ambiente e a cidadania deverão abranger questões de saúde pública, igualdade dos géneros e estética urbana.

No quadro de luta contra a pobreza urbana, a formação das mulheres chefes de famílias monoparentais é prioritária, sobretudo nos domínios de promoção e gestão de pequenos negócios e actividades geradoras de rendimento. Actividades como artesanato e pequenas indústrias agro-alimentares podem ser uteis para as mulheres. As ONG femininas como a MORABI e a OMCV possuem bastante experiência nessa matéria.

QUADRO DO VIH/SIDA

CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO DO VIH/SIDA NO ESPAÇO URBANO

Em Cabo Verde não existe, do ponto de vista legal, disposições indutoras de atitudes discriminatórias em relação a pessoas vivendo com o VIH/SIDA no acesso ao emprego, à residência ou ao ensino. Contudo, trata-se de uma doença estigmatizada e que, por via disso, estigmatiza os VIH positivos, não raras vezes, seus familiares. Nesta base, a interferência do VIH/SIDA no acesso à habitação seria indirecta através da incidência da pobreza e as outras consequências derivadas do quadro de VIH/SIDA, nomeadamente na degradação das condições de vida familiar.

No entanto, o Comité de Coordenação do Combate à SIDA e às Doenças Sexualmente Transmissíveis (CCS-SIDA) realizou um Programa de prevenção do VIH/SIDA e de melhoria da qualidade de vida das pessoas vulneráveis portadoras do Vírus da Imunodeficiência no seio da população vulnerável em Cabo Verde. O programa é executado através da Plataforma das ONG de Cabo Verde teve por objectivo apoiar as pessoas vivendo com o VIH/SIDA na inserção social, através de auto-emprego, melhoria de habitação, etc.

No ano de 2010, houve para todo o país mais 411 casos notificados de VIH, sendo 223 femininos e 176 masculinos, tendo a cidade da Praia registado o maior número

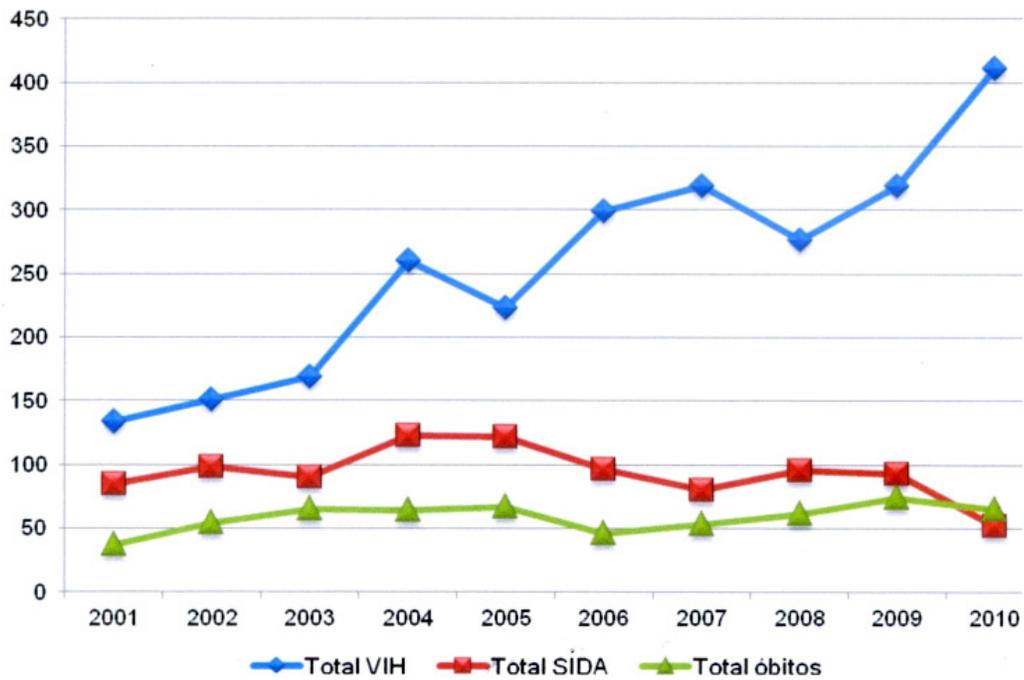
(154). Neste ano, registaram-se 65 óbitos, significando uma taxa de mortalidade de 15,2 por 1000 habitantes. De acordo com estudos do CCS-SIDA a prevalência é maior nos profissionais do sexo e nos usuários de drogas injectáveis.

Segundo dados de SVE/DGS e GEPC/MS, de 1987-1997 o número de pessoas infectadas pelo vírus da SIDA permaneceu quase constante. De 2000 a 2004 houve um aumento de casos. No ano 2005 houve uma diminuição para logo a seguir em 2006 haver um novo aumento até 2007. No ano 2008 também se registou um decréscimo, mas logo a seguir houve um grande aumento de novos casos até 2010. Segundo a mesma fonte para as mulheres a faixa etária onde se registou maior número de infecção é a de 30-39 e nos homens há maior número nas faixas de 35-39 e 50-54. De registar um aumento de homens infectados na faixa etária 30-34, em relação a 2009. Nota-se também um elevado número de casos em bebés, com aumento em 2010, isto tendo em conta a transmissão vertical. Os quadros a seguir ilustram esta evolução.

Quadro 5

EVOLUÇÃO DA INFECÇÃO VIH-SIDA, 2001-2010

Ano	Novos casos infecção VIH				Novos casos de SIDA				Óbitos		
	M	F	N/i	Total	M	F	N/i	Total	M	F	Total
2001	71	63	0	134	53	31	1	85	23	14	37
2002	79	72	0	151	62	36	0	98	40	14	54
2003	84	83	2	169	47	43	0	90	30	35	65
2004	109	151	0	260	66	57	0	123	37	27	64
2005	105	112	6	223	60	53	0	122	36	31	67
2006	104	194	1	299	36	61	0	97	25	21	46
2007	123	195	1	319	35	43	2	80	31	22	53
2008	116	159	1	276	48	47	1	96	39	22	61
2009	138	178	3	319	47	46	0	92	44	30	74
2010	176	223	12	411	24	28	0	52	38	27	65



Fonte: SIE/DNS/MS

Gráfico 6- Evolução da infecção VIH-SIDA, e óbitos 2001-2010

A cidade da Praia é o centro urbano que tem apresentado o número mais elevado de casos novos, isto tendo em con-

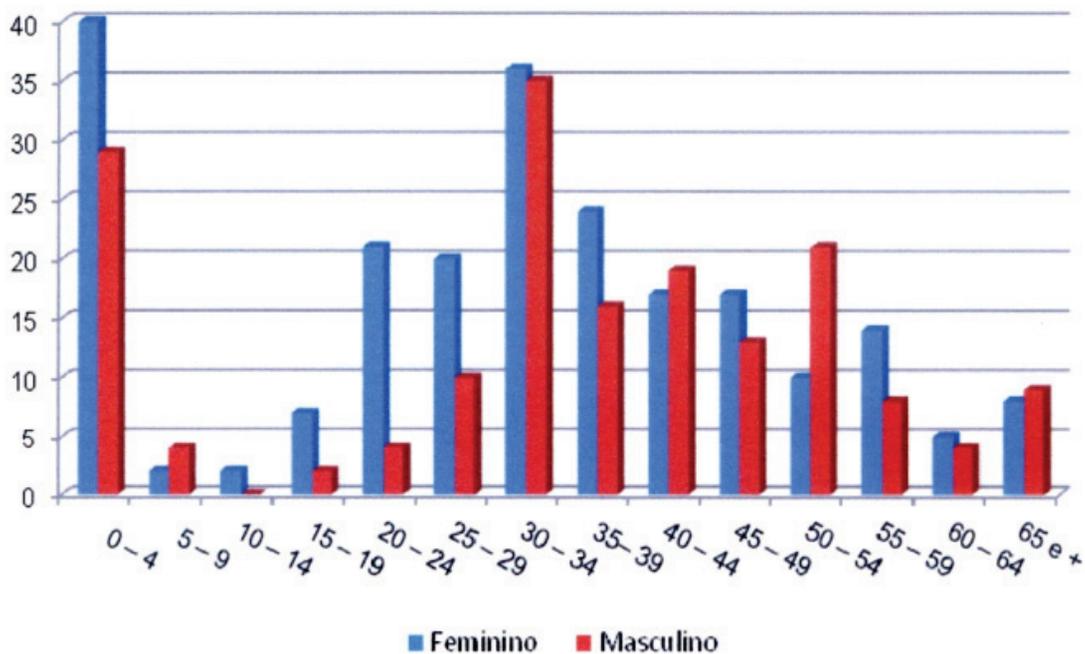


Gráfico 7 - Casos notificados VIH por idade e género em 2010

ta o flutuar de sua população, com os seus problemas diversos de pobreza tornando-os vulneráveis e a imigração constante de pessoas oriundas de outros locais da ilha de Santiago, das outras ilhas e de outros países.

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DO VIH/SIDA EM CABO VERDE

Com vista a uma melhor coordenação, e tendo em conta a complexidade na resposta ao VIH-SIDA, foi criado um Comité de Coordenação do Combate à SIDA (CCS-SIDA). Este Comité foi criado a 4 de Julho de 2001, através do Despacho nº 50/2001 emanado do Gabinete do Primeiro-Ministro e publicado no Boletim Oficial nº 23 de 30 de Julho de 2001. O CCS-SIDA é constituído por cerca de vinte elementos que são nomeados através do mesmo Decreto-Lei e que provêm dos sectores, público e privado.

O Comité Executivo do CCS-SIDA é dirigido pelo Primeiro-Ministro na qualidade de Presidente e, pela Secretária de Estado da Juventude na qualidade de Vice-Presidente.

O CCS-SIDA é assistido por um Secretariado Executivo que assegura a facilitação e a coordenação quotidiana da execução do PMLS. O Secretário é o administrador dos recursos financeiros postos à sua disposição e, é apoiado nas suas funções por uma pequena equipa de especialistas, a saber:

- Especialista encarregado da resposta ao VIH-SIDA pelo sector público;
- Especialista encarregado da resposta ao VIH-SIDA pelo sector privado;
- Especialista em procurement;
- Especialista em monitoria e avaliação;
- Especialistas em contabilidade e gestão financeira.

Estes especialistas têm como missão dinamizar as acções de promoção e apoio técnico (particularmente na ajuda aos potenciais executantes públicos e privados na definição dos planos de acção e acesso às fontes de financiamento).

Adicionalmente, os mesmos são responsáveis pela aprovação das propostas de financiamento, elaboração das convenções de financiamento, bem como o seguimento e a avaliação do impacto do PMLS.

- Lei nº 19/VII/2007, de 26 e Novembro, regula os

aspectos ligados à Prevenção, Tratamento e Controlo do VIH;

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA O QUADRO DO VIH/SIDA

O estado tem assumido a responsabilidade na mobilização de recursos para a resposta ao VIH-SIDA no âmbito nacional. O CCS-SIDA tem assumido a coordenação na execução de actividades neste domínio através das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei. O principal financiador do CCS-SIDA é o Fundo Global para VIH-SIDA, Tuberculose e Malária.

O CCS-SIDA tem financiado várias actividades de âmbito local nos municípios, sobretudo através de ONG. Algumas ONG, associações juvenis e várias igrejas têm organizado actividades de formação na comunidade com apoio do CCS-SIDA ou com recursos próprios.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA O QUADRO DO VIH/SIDA

A formação e a capacitação têm sido actividades de excelência dos programas de luta contra o VIH/SIDA. Nesta perspectiva deverão ser promovidas, sobretudo, acções de formação de formadores para as comunidades.

As acções de formação para os bairros informais poderão ser feitas através das actividades das Associações de Desenvolvimento Comunitário, das escolas, das igrejas, às mulheres no acto de consultas de rotina ao Planeamento Familiar e Protecção Materno-Infantil e aos jovens educadores de pares em actividades educativas, desportivas e culturais.

A comunicação social, nomeadamente rádio e televisão, constitui canal muito útil na formação no âmbito do VIH/SIDA.

ANÁLISE SWOT DE SUSTENTABILIDADE URBANA

A promoção da sustentabilidade urbana constitui um dos grandes desafios da actualidade, tanto nos países desenvolvidos como em países de desenvolvimento médio, como é o caso de Cabo Verde.

A urbanização em Cabo Verde remonta aos primórdios do povoamento das ilhas. No entanto, a sua evolução esteve na contingência das conjunturas internacionais a que o arquipélago esteve sempre ligado, reconhecendo a sua interconexão aos circuitos de navegação no Atlântico. O arquipélago apresenta uma série de constrangimentos ao processo de desenvolvimento e consequentemente à modernização da urbanização: a exiguidade e o emparcelamento do território; a localização numa zona de clima árido com reflexos na seca e irregularidade na produção agro-pecuária; a carência de recursos naturais básicos como o solo, a água, a biodiversidade, minerais estratégicos; dependência externa e elevados níveis de pobreza.

A carência de solos, a persistência da seca, a desvalorização das terras de sequeiro, a busca de alternativas de emprego, em consequência de uma elevada escolarização, constituem factores que estimulam a concentração demográfica nos centros urbanos e um fluxo de migração interna para as ilhas com maior dinamismo económico.

No período recente a população cabo-verdiana é cada vez mais urbana e costeira e, paradoxalmente, as terras áridas do litoral são as mais procuradas pela sua valorização urbana nomeadamente através das urbanizações turísticas.

Apesar das suas grandes limitações naturais e financeiras, Cabo Verde é um país aberto ao exterior, com uma diáspora participativa, sociedade muito aberta às inovações, com uma elevada busca da escolaridade e de actualização dos conhecimentos numa população jovem.

A análise SWOT foi elaborada com base na auscultação dos principais actores envolvidos na problemática de habitação, ambiente e gestão urbana, com maior incidência na luta contra a pobreza nos centros urbanos de Cabo Verde.

Em linhas gerais, a população jovem apresenta uma elevada escolaridade básica, com alta frequência do ensino secundário. Este facto favorece a difusão de inovações e a aceitação da modernização de vários sectores da vida urbana, nomeadamente nos domínios de saúde pública, igualdade e equidade do género e maior participação nos desafios da qualidade urbana.

As principais ameaças prendem-se com a dependência externa do país, alta taxa de desemprego, sobretudo nos jovens, efeito da crise internacional na economia interna de Cabo Verde e, consequentemente nos bairros informais dos grandes centros urbanos carentes de infra-estruturas.

Análise SWOT para Governação Urbana

FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
População jovem e com aceitável nível de escolaridade;	Prestígio internacional do País no âmbito de boa governação;	Elevada taxa de desemprego e dependência da população jovem;	Desinteresse dos jovens pela gestão comunitária e marginalidade;
Tradição de participação em mutualismos tradicionais e modernos;	Parceria externa e acordos de geminação de âmbito municipal;	Desarticulação entre a educação o emprego e o desenvolvimento local;	Manipulação das comunidades pobres pela classe política;
Sistema democrático com elevada participação;	Possibilidade de microcrédito e contrato-programa com as associações comunitárias;	Dependência das comunidades do poder político.	Manipulação das associações comunitárias pelo poder político ou outras corporações.
Eleições autárquicas com rotatividade do poder local	Programas de combate à pobreza;	Fragilidade das instituições comunitárias	Efeitos da crise internacional
Existência de ONGs de apoio ao desenvolvimento comunitário.			

Análise SWOT para o Desenvolvimento Económico

FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
População jovem com elevada percentagem de escolarização ao nível do secundário.	Turismo em crescimento com a possibilidade de geração de postos de trabalho nos sectores da imobiliária, e áreas conexas ao turismo	Baixa qualidade no ensino secundário de superior, com fraca competitividade nos sectores de inovação e investigação para o desenvolvimento.	Cenário de prolongada crise financeira internacional.
Expansão da população com formação ao nível do superior	Crescimento do tráfico internacional tanto marítimo como aéreo ligando os continentes com passagem pelo atlântico médio.	Dependência externa nos sectores financeiros e tecnológicos	Ameaças de expansão de terrorismo e narcotráfico usar a posição estratégica das ilhas para os seus objectivos
Grande abertura da economia ao exterior, mesmo no sector informal, com forte ligação à diáspora.	Criação de grandes áreas económicas com necessidades crescentes de bases de transbordo (HUB).	Reduzido mercado interno e emparcelamento do território.	
Boa imagem externa do País tanto no domínio económico como na governação.		Acentuada vulnerabilidade ecológica no clima e na biodiversidade.	
Relativa proximidade dos grandes centros de emissão do turismo emergente.		Falta de recursos naturais básicos	
Localização estratégica nas vias, marítima e aérea			

Análise SWOT para Alojamentos informais

FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<p>População jovem;</p> <p>Procura de habitação e dinamismo no mercado de construção civil.</p> <p>Aspiração de habitação de qualidade;</p> <p>Expansão do mercado de construção civil e consolidação dos centros urbanos;</p>	<p>Projecto de habitação social promovido pelo Governo (Casa para todos);</p> <p>Crescimento económico e melhoria do nível de vida das comunidades rurais;</p> <p>Oportunidade de negócios no sector de construção civil</p>	<p>Grande carência de solos urbanos;</p> <p>Elevados custos de construção;</p> <p>Desemprego e elevada incidência da pobreza;</p> <p>Dependência de conjunturas externas</p>	<p>Crescimento urbano descontrolado e expansão de residências de baixa qualidade;</p> <p>Surgimento de guetos de marginais e desempregados;</p> <p>Degradação do ambiente urbano</p>

Análise SWOT para a segurança

FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<p>Boa cobertura nacional dos serviços de segurança pública abrangendo todas as ilhas e municípios.</p> <p>Aceitável cobertura rodoviária nas ilhas com acesso a todas as localidades</p> <p>Boa cobertura nacional de rede de telefones, fixo e móvel</p> <p>Existência de um serviço de protecção civil com antenas em todo o território nacional.</p> <p>Facilidade de colaboração entre os diversos serviços de segurança e protecção civil, incluindo as ONG</p>	<p>Abertura da cooperação internacional no apoio da segurança interna, nomeadamente de países da EU e dos EUA.</p>	<p>Carência de equipamentos básicos em alguns municípios, nomeadamente veículos de patrulha e ambulância em número suficiente.</p> <p>Inexistência de meios aéreos, nomeadamente helicópteros num espaço arquipelágico.</p> <p>Falta de equipamentos de bombeiros</p>	<p>Crescentes ameaças de terrorismos e do narcotráfico na região.</p> <p>Grande espaço marinho na ZEE e controlo precário do mesmo</p>

Análise SWOT para o Ambiente Urbano

FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<p>Rápido crescimento do mercado de habitação;</p> <p>Crescimento do mercado de construção civil;</p> <p>População jovem escolarizada e aberta às inovações</p> <p>Entrada de capital e investimentos na construção promovidos pelos emigrantes</p> <p>Grande procura para a instalação de habitação, equipamentos e serviços</p> <p>Valorização dos solos</p> <p>Expansão do mercado de materiais de construção civil e empregos no sector</p>	<p>Disponibilidade dos emigrantes nos investimentos na cidade;</p> <p>Procura de terreno e de habitação;</p> <p>Programa de habitação social promovido pelo Governo;</p> <p>Crescente procura de instalação para habitação e serviços;</p> <p>Dinâmica crescente do turismo e procura de alternativa ao sol e praia</p>	<p>Elevados custos de terreno e especulação;</p> <p>Elevado custo de materiais de construção;</p> <p>Elevado custo das construções;</p> <p>Incapacidade de respostas das instituições;</p> <p>Crescimento urbano sem infra-estruturas e equipamentos;</p> <p>Predomínio de construções inacabadas</p> <p>Desemprego e pobreza numa grande franja de população;</p> <p>Carência de áreas verdes e espaços comunitários.</p>	<p>Construções clandestinas em locais de riscos;</p> <p>Alargamento de construção espontânea e surgimento de bairros degradados;</p> <p>Crises nos países de acolhimento e diminuição das transferências de emigrantes;</p> <p>Degradação da paisagem urbana pelas construções de baixa qualidade;</p> <p>Densificação do espaço urbano e aumento de problemas ambientais;</p>

Análise SWOT para o Género

FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<p>População feminina maioritária entre os residentes;</p> <p>Capacidade de liderança das associações de desenvolvimento comunitário;</p> <p>Grande dinamismo no sector informal e gestão de pequenos negócios;</p> <p>Aceitável escolarização nas camadas juvenis femininas</p>	<p>Possibilidade de microcréditos para actividades geradoras de rendimento;</p> <p>Mobilização de recursos financeiros através de contratos-programa com o Governo e ONGs;</p> <p>Programas de habitação social promovidos pelo governo e pelas câmaras municipais;</p>	<p>Elevada incidência de pobreza nas periferias urbanas;</p> <p>Maior incidência do desemprego e da pobreza nas mulheres;</p> <p>Fragilidade e dependência das associações de desenvolvimento comunitário;</p> <p>Desarticulação entre o ensino e as actividades geradoras de rendimento</p>	<p>Enfraquecimento das associações comunitárias de apoio às mulheres;</p> <p>Decadência das actividades informais pela maior consolidação do sector formal;</p> <p>Aumento de competição profissional entre os sexos</p>

Análise SWOT para o VIH/Sida

FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<p>População jovem com aceitável nível de escolaridade, aberta à comunicação e às inovações</p> <p>Aceitável Rede de infra-estruturas de saúde dando cobertura a todo o território nacional</p> <p>Comunicação social moderna e com larga cobertura a nível nacional</p>	<p>Existência de um programa de luta contra VIH/SIDA e abertura das instituições internacionais para financiamento de programas no sector.</p> <p>Existência de programas escolares com enquadramento de temas relativos à saúde reprodutiva e ao VIH/SIDA</p> <p>Disponibilidade de programas e projectos similares desenvolvidos por igrejas e ONGs</p>	<p>Hábitos de comportamentos de risco em sectores da população, nomeadamente na camada jovem.</p> <p>Alta taxa de desemprego juvenil e falta de actividades de ocupação dos tempos livres.</p>	<p>Banalização das mensagens de luta contra VIH/SIDA e perda do poder de convencimento nas camadas juvenis.</p> <p>Hábito de consumo de álcool e outros comportamentos desviantes criando ambiente favorável à difusão do VIH/SIDA</p>

PROPOSTA DE PROJECTOS PARA A SUSTENTABILIDADE URBANA

NOME DO PROJECTO	Concertação de Parceiros no âmbito das cidades sustentáveis
ENQUADRAMENTO	O projecto enquadra-se no âmbito do estudo dos perfis urbanos das cidades de Cabo Verde e constitui uma plataforma para a identificação de projectos prioritários de luta contra a pobreza urbana, com a participação do governo central, dos municípios e do sector privado
JUSTIFICAÇÃO	Este projecto justifica-se pela própria metodologia usada no Estudo do Perfil Urbano, sendo necessário para a identificação participativa de projectos prioritários de investimentos nos bairros informais e nas novas cidades de Cabo Verde no novo quadro jurídico das cidades.
OBJECTIVOS GERAIS	Identificar e seleccionar programas e projectos prioritários para o combate à pobreza urbana e integração dos bairros informais nas diversas cidades e ilhas do País.
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	Promover um seminário dos parceiros de gestão urbana e desenvolvimento local nas cidades; Envolver os actores de gestão urbana ao nível nacional na luta contra a pobreza urbana Identificar projectos prioritários de luta contra a pobreza e promover desenvolvimento urbano nos bairros informais; Estabelecer estratégias de luta contra a pobreza e exclusão nos bairros informais.
BENEFICIÁRIOS /PÚBLICO-ALVO	Ministério tutela; Câmaras Municipais, ONGs e Associações comunitárias de desenvolvimento local; sector imobiliário, universidades.
DURAÇÃO	15 Dias incluindo a programação; realização do seminário e avaliação
CUSTOS ESTIMADOS	1.200.000\$00
PARCEIROS	Governo central; Câmara Municipal; Plataforma das ONG, Associações Comunitárias; Actores de desenvolvimento local; líderes comunitários
RESUMO	O projecto visa a socialização dos estudos de perfil urbano na comunidade dos bairros informais e permite aos interessados debaterem e identificarem solução para os seus problemas. O projecto deverá envolver, num debate participativo, as Câmaras Municipais, os líderes comunitários, as empresas e agentes económicos locais na busca de solução da pobreza urbana e da melhoria de condições de vida nos bairros informais.
ACTIVIDADES	Identificação de parceiros; elaboração de programas e metodologia de formação; busca de financiamento de programação da formação.
RESULTADOS ESPERADOS	Capacitação das associações de desenvolvimento nas localidades; identificação de projectos prioritários, estabelecer a programação de actividades geradoras de rendimento junto das comunidades identificadas.

NOME DO PROJECTO	Cintura Verde urbana
ENQUADRAMENTO	No âmbito da melhoria da qualidade estética urbana e valorização paisagística dos centros urbanos e envolvimento comunitário.
JUSTIFICAÇÃO	As cidades de Cabo Verde são carentes de espaços verdes, mormente a capital do País, onde os espaços destinados a canteiros e jardins são transformados em lixeiras. A promoção de espaços verdes poderá ser programada num quadro de participação de associações juvenis e educação ambiental.
OBJECTIVOS GERAIS	Enquadrar a educação ambiental e a arborização nos bairros urbanos.
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	Promoção de uma campanha de arborização e melhoria de estética urbana em quatro bairros urbanos de Cabo Verde.
BENEFICIÁRIOS /PÚBLICO-ALVO	Câmaras Municipais, associações juvenis dos bairros.
DURAÇÃO	2 Anos
CUSTOS ESTIMADOS	5.000.000\$000
PARCEIROS	Câmaras Municipais da Praia e do Mindelo.
RESUMO	O projecto da estética urbana e promoção da arborização em dois bairros da Praia e dois bairros do Mindelo
ACTIVIDADES	Produção de viveiros, mobilização da comunidade e actores locais, promover a plantação com auxílio da comunidade e técnicos especializados residentes.
RESULTADOS ESPERADOS	Plantação de vinte mil plantas

BIBLIOGRAFIA

- **Amaral, Ilídio do** - A irrupção de Estados-insulares após a segunda guerra mundial: um facto novo de geografia política. Finisterra, XII, 44 Lisboa 1987, pg 297-359.
- **Amaral, Ilídio do** - Santiago de Cabo Verde - a terra e os homens - Memória da JIU, Lisboa 1964
- **Amaral, Ilídio do** - Fronteiras do Sahel: alguns aspectos geográficos. Garcia de Orta, Sér. Geogr., Lisboa, 11 (1-2), 1986, 1-54
- **Anónimo** - Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde..1784 - Apresentação, notas e comentários de António Carreira - ICL Praia 1985 120 pg.
- **Assembleia Nacional** - Constituição da República de Cabo Verde - Praia 1992 122 pg.
- **Carreira, António** - Cabo Verde aspectos sociais, secas e fomes no século XX 2ª Ed. Ulmeiro Lisboa 1984 208 pg.
- **Carreira, ANTÓNIO** - Migrações nas ilhas de Cabo Verde 2ªEd. ICL Praia 1983, 322 pg.
- **Instituto de Investigação Científica Tropical (PORTUGAL) e Direcção Geral do Património Cultural (CABO VERDE)** - História Geral de Cabo Verde Vol. I - Coordenação de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos - Lisboa, Praia 1991 478 pgs.
- **INE (2010)** – Resultados provisórios dos Censos de 2010, www.ine.cv
- **INE (2011)** – Resultados definitivos dos Censos de 2010, www.ine.cv
- **INE (2007)** – Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem-estar (resumo dos principais resultados por meio de residência e concelho)
- **Lucas de Senna, M.R.** - Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde 1818 - anotações e comentários de António Carreira - ICL Praia 1987 374 pg.
- **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2011)** – Anuário de Educação 2009/2010
- **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2012)** – Anuário de Educação 2008/2009
- **MINISTÉRIO DE SAUDE (2010)** – Relatório Estatístico de 2009
- **MINISTÉRIO DE SAUDE (2011)** – Relatório Estatístico de 2010
- **MINISTÉRIO DO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCAS (2003)** – Plano Ambiental Municipal do Tarrafal
- **Ribeiro, O.** - A Ilha do Fogo e as Suas Erupções. 2ªEd. JIU Lisboa 1960
- **SENNA BARCELOS (2003)** – Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné VOL. II – apresentação de Daniel Pereira, IBL – Praia

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- **CABO VERDE** – Constituição da Republica de Cabo Verde – Lei Constitucional nº1/VII/2010
- **CABO VERDE** – Assembleia Nacional – Resolução nº20/2009 de 20 de Julho – determina a resolução da DNOT.
- **CABO VERDE** – Decreto-Lei nº15/2011 de 21 de Fevereiro – Regula o Estatuto das Cidade e define as orientações da Política de Capacitação dos Espaços urbanos em Cabo Verde.

ACRÓNIMOS

ANSA: Agência Nacional de Segurança Alimentar

ASA: Empresa Publica de Aeroportos e Segurança Aérea

CARITAS: Confederação de organizações humanitárias da Igreja Católica

CCS-SIDA: Comité de Coordenação de Combate à SIDA e às Doenças Sexualmente Transmissíveis CE-Comissão Europeia

Citi-Habitat: ONG de promoção de desenvolvimento urbano e comunitário

DNOT: Directiva Nacional de Ordenamento do Território

ELECTRA: Empresa Pública de Electricidade e Água

EROT: Esquemas Regionais de Ordenamento do território

FAIMO: Frente de Alta Intensidade de Máde-obra ICF-Instituto da Condição Feminina

MORABI: Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento

OMCV: Organização das Mulheres de Cabo Verde

OMD: Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento

ONG: organizações não-governamentais

ONU-Habitat: Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PANA: plano de acção nacional para o ambiente

PDM: Planos Directores Municipais

PD: Planos Detalhados

PDU: Planos de Desenvolvimento Urbano

PEOT: Planos Especiais do Ordenamento do Território

PLS: Plano de luta contra SIDA

PMLS: Plano de Luta contra SIDA do Ministério de Saúde

PSOT: Planos Sectoriais do Ordenamento do Território

SAAS: Serviço autónomo de água e saneamento

SIDA: síndrome de imunodeficiência adquirida

USB: Unidade sanitária de base

VIH: Vírus de imunodeficiência humana adquirida

PROGRAMA PARTICIPATIVO DE MELHORIA DOS BAIRROS INFORMAIS

PSUP (PARTICIPATORY SLUM UPGRADING PROGRAMME)
FASE 1 – ELABORAÇÃO DOS PERFIS URBANOS LOCAIS E NACIONAL
- CABO VERDE -

DISCUSSÃO PÚBLICA – PERFIL URBANO NACIONAL - Cidade da Praia, 17 de Dezembro de 2012

NOME	INSTITUIÇÃO
CARLOS SANTOS	UCRE (Unidade Coordenação da Reforma do Estado)
MIRA ÉVORA	Ministério Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
MARIA ANDRADE	Ministério Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
IVONE SANTOS	Ministério Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
LUÍSA SOARES	Ministério Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
VAGNER SÁ NOGUEIRA	Ministério Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
ILEIDA REIS	Ministério Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
SANDRA FERNANDES	Ministério Ambiente, Habitação e ordenamento do Território
LUÍS MOREIRA	Ministério Ambiente, Habitação e ordenamento do Território
MARCELO ARAÚJO	Ministério Ambiente, Habitação e ordenamento do Território
PEDRO DELGADO	Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima
JOÃO ALMEIDA	Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima
EDUARDA R.	Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima
CARLOS DE CARVALHO	Ministério da Cultura
MARIA LEONOR MENDONÇA	Direcção Geral da Solidariedade Social
ANA CARVALHO	Direcção Geral da Solidariedade Social
IVALENA ROSÁRIO	Instituto IIPC
ARLINDO SANCHES	Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania
CÉSAR FREITAS	Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde
MANUEL DE PINA	Associação Nacional dos Municípios Cabo Verdianos
SILVIE DUBEAU	Associação Municípios de Santiago
ANTERO LOPES	Associação Municípios de Santiago
HÉLIO SEMEDO	Serviço Nacional de Protecção Civil
ILCE AMARANTE	Câmara Municipal de São Miguel
ANTÓNIO CABRAL	Câmara Municipal de Santa Cruz
JOSÉ SILVA	Assembleia Municipal de Santa Cruz
ARISTIDES LIMA	Câmara Municipal de Santa Catarina
FELIZ MOREIRA	Câmara Municipal de São Domingos
JOÃO PEDRO MARTINS	Universidade Jean Piaget
ALICE MASCARENHAS	Associação para a Cooperação com Cabo Verde – ACCVE
ARNAU TEIXIDOR	Maio Conservation
FANNY MOTA	Associação “Do Lixo ao Luxo”
ARTUR VARELA	Gabinete P. Martins Lda
ELISABETE MENDES	Nações Unidas
SAMIRA RIAD	Nações Unidas
DIOGO WAHNON	Nações Unidas

CONTACTOS

Kerstin Sommer - Responsável Global do PSUP na ONU - HABITAT: email: kerstin.sommer@unhabitat.org

Mathias Spaliviero - Conselheiro Regional da ONU-HABITAT para África: email: Mathias.Spaliviero@unhabitat.org

Janice Helena Da Silva - Coordenadora da ONU-HABITAT para Cabo Verde: email: janice.silva@cv.jo.un.org; janice.silva@undp.org

Jeiza barbosa - Directora da DGOTDU e Ponto Focal do PSUP no Governo de Cabo Verde: Jeiza.Tavares@mahot.gov.cv